

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

**A SITUAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS E JOVENS EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL**

Uma análise centrada na perspetiva institucional

Dissertação de Mestrado

Segundo Ciclo de Estudos em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Ana Raquel Martins Miranda

Orientação: Professor Doutor João Emílio Alves

Portalegre

2019

A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial. Uma análise centrada na perspectiva institucional

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais

Instituto Politécnico de Portalegre

A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial

Uma análise centrada na perspectiva institucional

Ana Raquel Martins Miranda

Dissertação de Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, apresentada à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

Composição do Júri:

Presidente: Professor Doutor Abílio José Maroto Amiguiinho

Arguente: Professora Doutora Maria Elisabete da Silva Tomé Mendes

Orientador: Professor Doutor João Emílio Alves

Portalegre

2019

AGRADECIMENTOS

A todos os que sempre me apoiaram, motivaram, incentivaram a não desistir, a não «baixar os braços». Àqueles que sempre acreditaram, que ainda acreditam e que continuam a acreditar, incansável e diariamente, nesta, e noutras etapas da minha vida, obrigada.

Ao professor João Emílio Alves que foi um apoio fundamental, e que acreditou desde o início. A sua disponibilidade, paciência e ajuda foram fundamentais a que isto fosse possível.

À família, namorado e alguns amigos, obrigada, farão sempre parte das minhas conquistas. Serão para sempre o meu pilar.

RESUMO

Sendo a escola um contexto fundamental ao desenvolvimento dos jovens em vários domínios, e associada à ideia de preparação para a vida quotidiana, a escola desempenha uma função social importante para todos, incluindo para as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento Português.

Escola e Casa de Acolhimento passam a ser as suas principais entidades de socialização, de transmissão de valores, normas, regras e competências, tornando-se imprescindível a realização de estudos que incidam numa melhor compreensão acerca desta problemática.

O presente estudo tem como tema: “*A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial. Uma análise centrada na perspectiva institucional*”. O seu objetivo passa essencialmente por perceber como é processada a dimensão educativa destas crianças e jovens, em prol da sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, partindo estas de contextos familiares e vivências muito difíceis.

Como objetivos específicos pretendeu-se: perceber em que medida a escola responde aos desafios de uma população cada vez mais heterogénea e diferenciada; entender em que medida a escola é inclusiva, sobretudo para crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento residencial; compreender como gere a escola situações de exclusão, implicando esta crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento; indagar em que medida a experiência institucional e as vivências anteriores detêm impacto na educação escolar destas crianças e jovens; e finalmente, compreender em que medida Casa de Acolhimento e Escola se articulam entre si, num processo de cooperação, para integração destes jovens na sociedade.

A metodologia utilizada centrou-se na análise de um estudo de caso, que através de uma abordagem qualitativa, com recurso a entrevistas semidiretivas, permitiu entrevistar técnicos de uma Escola e de uma Casa de Acolhimento Residencial, ambas localizadas na cidade de Portalegre.

Os resultados apurados com esta investigação apontam para algumas conclusões, as quais podem ser sintetizadas genericamente do seguinte modo: a escola possui múltiplas atividades inclusivas, detendo programas educativos que visem a integração de todos os alunos, sem exceção; a escola em questão não considera haver exclusão por parte dos colegas; a experiência de acolhimento residencial e as vivências anteriores detêm impacto naquela que é

a relação destes alunos com a escola; a escola e a casa de acolhimento residencial, articulam entre si, num processo de cooperação, em prol da integração dos jovens.

Palavras-chave: crianças e jovens; acolhimento residencial; escola

ABSTRACT

Being school a fundamental context in youth development in various fields, and associated to the idea of preparation for daily life, school plays an important social function for everyone, including children and young people protected by the Portuguese host system.

School and nursing home, become their main entities of socialization transmission of values, norms, rules and competences, making it essential to carry out studies that focus on a better understanding of this issue.

The present study has as its theme “*The school situation of children and youth in residential care. An analysis focused on the institutional perspective*”. Its objective is essentially to understand how the educational dimension of these children and young people is processed, in favor of their formation as active and responsible citizens, starting from familiar contexts and very difficult experiences.

The specific objectives were: to understand the extent to which the school responds to the challenges of an increasingly heterogeneous and differentiated population; to understand to what extent the school is inclusive, especially for children and young people hosted by the residential care system; to understand how it manages school situations of exclusion, involving children and young people protected by the host system; asking to what extent the institutional experience and previous experiences have impact on the education of these children and young people; and finally, understanding to what extent they articulate among themselves, in a process of cooperation for the integration of these young people in society.

The methodology used was focused on the analysis of a case study, which through a qualitative approach using semidirective interviews, allowed interviewing technicians of a school and a residential care home, both located in the city of Portalegre.

The results of this research point to some conclusions, which can be summarized broadly as follows: the school has multiple activities, with educational programs aimed at the integration of all students, without exception; the school in question does not consider exclusion by peers; the experience of institutional care and previous experiences have an impact on what is the relationship of these students with the school; the school and the residential care home, articulate among themselves, in a process of cooperation, in favor of the integration of young people.

Keywords: children and youth; residential care; school

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CAR- Casa de Acolhimento Residencial

CATL- Centro de Atividades de Tempos Livres

CCA- Centro Comunitário dos Assentos

CEF – Curso de Educação e Formação

CISL- Centro Infantil de São Lourenço

CNPDPJ- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

GAAF- Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família

ITAD- Instituto de Apoio e Desenvolvimento

LES- Lar do Espírito Santo

LIJNSC- Lar de Infância e Juventude Nossa Senhora da Conceição

LIJSA- Lar de Infância e Juventude de Santo António

PIEF- Programa Integrado de Educação e Formação

S/D – Sem Data

SCM – Santa Casa da Misericórdia

TEIP- Território Educativo de Intervenção Prioritária

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	11
OBJETIVOS DO ESTUDO	13
CAPÍTULO I - SOBRE AS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO.....	14
CAPÍTULO II - A FAMÍLIA.....	16
2.1. OS MAUS TRATOS NO SEIO DA FAMÍLIA E A VIOLÊNCIA PERPETRADA A MENORES.....	17
2.2. FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NOS MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS.....	20
CAPÍTULO III – CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E RESPOSTAS À SUA PROTEÇÃO	22
CAPÍTULO IV - SISTEMA LEGAL DE PROTEÇÃO	24
CAPÍTULO V – O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL	29
5.1. SENTIMENTOS E PERCEÇÕES DAS CRIANÇAS E JOVENS À RESPOSTA DE ACOLHIMENTO	29
CAPÍTULO VI – A ESCOLA E OS DESAFIOS DE UMA POPULAÇÃO ESCOLAR HETEROGÉNEA.....	34
6.1. A ESCOLA E AS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL	35
6.2. O INSUCESSO ESCOLAR.....	37
6.3. O INSUCESSO ESCOLAR NAS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL	38
6.4. A RELAÇÃO DA AUTO REPRESENTAÇÃO, DO AUTO CONCEITO E DA AUTO ESTIMA NO SUCESSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL	40
6.5. A CASA DE ACOLHIMENTO E OS TÉCNICOS COMO ELEMENTOS FACILITADORES DO SUCESSO ESCOLAR.....	42

6.6. O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NA VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E A IMPORTÂNCIA DO ELOGIO E DA CRÍTICA CONSTRUTIVA	42
CAPÍTULO VII – METODOLOGIA	45
CAPÍTULO VIII – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	47
ESCOLA BÁSICA JOSÉ RÉGIO	47
8.1. TERRITÓRIO EDUCATIVO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA - TEIP	48
8.2. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - CEF	48
8.3. PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - PIEF	49
8.4. GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA - GAAF	50
LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (LISNSC)	50
CAPÍTULO IX- ABORDAGEM EMPÍRICA, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
9.1- ANÁLISE DOS DADOS	53
EXPERIÊNCIA ESCOLAR	53
ACOMPANHAMENTO E RESPOSTAS	56
EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO E RELAÇÃO COM A ESCOLA	57
DESAFIOS DA ESCOLA E DAS CASAS DE ACOLHIMENTO	62
PARCERIA ESCOLA – CASA DE ACOLHIMENTO	62
9.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
CAPÍTULO X- CONCLUSÕES	71
BIBLIOGRAFIA	75
APÊNDICE 1 – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	80
APÊNDICE 2 – TABELAS SÍNTESE	91

A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial. Uma análise centrada na perspectiva institucional

“Só é possível ensinar uma criança a amar, amando-a”;

Goethe

INTRODUÇÃO

O presente estudo enquadra-se no âmbito do Mestrado em Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, lecionado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

A temática na qual se insere tem vindo a surgir ao longo deste percurso académico, no qual se tem vindo a verificar que as casas de acolhimento para crianças e jovens são cada vez mais uma realidade que não pode ser ignorada, constituindo uma das principais respostas no domínio da proteção de crianças e jovens, no âmbito da legislação Portuguesa.

No entanto, sabemos igualmente que as vivências escolares se constituem como um fator primordial às representações futuras de qualquer criança ou jovem, incluindo aquelas que se encontram protegidas pela medida de acolhimento residencial. Escola e Casa de Acolhimento passam a ser os seus principais agentes de socialização, de transmissão de valores e competências.

Vítimas de erros, estas crianças e jovens têm trajetórias de vida muito difíceis, sendo merecedoras de todo o tipo de cuidados, necessários a inverter a situação de vulnerabilidade que lhes foi imposta.

Cabe a estas duas instituições desenvolverem entre si um processo de cooperação que vise dotar estas crianças e jovens de competências e saberes que lhes permitam uma autonomia e integração social e profissional, findo o seu período de acolhimento.

A presente investigação centra-se assim no estudo da situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial, numa análise centrada na perspetiva institucional, podendo encontrar-se, ao longo dos dez capítulos que compõem este trabalho várias questões que procuram ir de encontro a esta temática. No capítulo I pretende introduzir-se o tema das crianças e jovens em risco, incluindo alguns conceitos relacionados; no II tratam-se as questões da família e de tudo o que ela representa, ou devia representar, abordando as questões dos maus tratos, dos tipos de violência perpetrados a menores, e dos fatores de risco e proteção. No capítulo III pretende realizar-se uma breve resenha histórica sobre as respostas de proteção existentes na altura em que a criança não era vista nem encarada como é nos dias de hoje. No IV aborda-se o sistema legal de proteção, nomeadamente a lei nº 147/99 de 1 de

Setembro, com as devidas atualizações. No capítulo V analisam-se as questões do acolhimento residencial e de tudo o que ele representa, ou pode representar para estas crianças e jovens, na perspectiva dos autores citados. No VI dirige-se uma abordagem às questões escolares, ao insucesso, ao ciclo do desinteresse, à indisciplina, à importância do autoconceito e da auto-estima no sucesso escolar, e à importância dos técnicos das Casas de Acolhimento Residencial (CAR), bem como dos professores na motivação escolar destas crianças e jovens. O VII é estruturado em torno das questões metodológicas, e o VIII na caracterização das instituições. Finalmente, os capítulos IX e X são direcionados, respetivamente, para a análise e discussão dos dados empíricos e para as principais conclusões.

OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo tem como questão de partida: “Como é que as crianças e jovens em acolhimento residencial encaram a escola na perspectiva da sua formação pessoal e qual a importância que lhe atribuem para a construção dos seus projetos de vida e integração na sociedade?”.

Procurando responder às qualidades de pertinência, clareza e exequibilidade, e indo ao encontro daquilo que se pretende estudar, a questão de partida define um tópico que orienta a pesquisa como se de um “fio condutor” se tratasse.

Como objetivo geral pretende-se...

❖ Perceber como é processada a dimensão educativa destas crianças e jovens, em prol da sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, partindo estas de contextos familiares e vivências difíceis.

Como objetivos específicos, destacam-se:

❖ Perceber em que medida a escola responde aos desafios de uma população cada vez mais diferenciada/heterogénea;

❖ Perceber em que medida a escola é inclusiva, sobretudo para crianças e jovens que se encontram protegidos pelo sistema de acolhimento residencial;

❖ Perceber como gere a escola situações de exclusão, implicando esta crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento;

❖ Perceber em que medida a experiência institucional e as vivências anteriores detêm impacto na educação escolar destas crianças e jovens.

❖ Perceber em que medida Casa de Acolhimento e Escola se articulam entre si, num processo de cooperação, para integração destes jovens na sociedade.

CAPÍTULO I - SOBRE AS CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO...

A criança é um ser em constante crescimento, desenvolvimento e mudança, estando sujeita a várias influências (Damião et al. 2004, citado por Freitas, 2017) que, ainda que necessárias, implicam sempre um risco ao seu desenvolvimento integral, pois apresentam períodos de incerteza e de fragilidade.

O seu desenvolvimento é dinâmico e constante, e consequentemente influenciado pelos vários contextos em que se encontra, todos eles com influências mútuas entre si (Freitas, 2017).

Sempre que a criança ou jovem não tenha um desenvolvimento normalizado no seu ambiente social e familiar, cai muitas vezes em situações de “perigo” ou “risco”, impeditivas de uma infância e de uma adolescência dita “normal” (Delgado, 2006, citado por Freitas, 2017).

Segundo Ernesto Martins (2006), citado por Freitas (2017, p.28) os termos *criança e jovem* surgem nos finais do século XVIII, início do séc. XIX, com o surgimento da lei de proteção à infância de 1911, surgindo posteriormente outros documentos que os integram. Atualmente, e segundo a lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 5º, alínea a), p. 3 “entende-se por criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”.

No que respeita ao termo *crianças e jovens em perigo*, pode afirmar-se, segundo Freitas (2017, p. 29) ser um termo bastante amplo e heterogéneo, uma vez que a sua análise dá origem a diversas definições e enfoques. Assim, esta designação utiliza-se, muitas vezes, como sinónimo de “crianças ou jovens em dificuldades ou com múltiplos problemas sociais, familiares e pessoais, que, em consequência dessa situação, podem ver o seu desenvolvimento ou o seu nível de adaptação social e educativo seriamente comprometido”.

Segundo o portal da *Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens – CNPDPCJ* (s/d), o conceito de *risco* implica o perigo potencial para a concretização dos direitos da criança, enquanto que o de *perigo* se define como a manutenção

dos fatores de risco que poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a fatores de perigo.

Carvalho (2013, p. 10) afirma que a “diferença fundamental entre um conceito e outro decorre do perigo potencial que o risco acarreta em termos de concretização dos direitos da criança. Já na noção de perigo acresce o elevado grau de probabilidade de ocorrência”.

Desta forma, sempre que ocorram situações de risco em crianças e jovens, a intervenção deve centrar-se na prevenção primária e secundária, através da aplicação de políticas, estratégias e ações integradas, dirigidas à população em geral ou a grupos específicos (campanhas de informação e prevenção, ações promotoras de bem-estar social, projetos de formação parental, respostas de apoio à família, entre outras) (CNPDPJ (s/d)). No caso de existir perigo, o tipo de intervenção visa exatamente removê-lo, aplicando-se uma medida de promoção e proteção (abordada no decorrer deste estudo, e tendo como base a já citada lei - 147/99 de 1 de Setembro, artigo 35º), e promover a prevenção de recidivas.

No entanto, e apesar do processo evolutivo que as sociedades têm vindo a sofrer ao longo dos tempos, bem como das mudanças no papel e na estrutura das famílias (que continuam a ser fundamentais à construção da identidade individual, das experiências, dos vínculos emocionais e das primeiras relações sociais de um indivíduo) muitas crianças e jovens continuam a vivenciar, desde muito cedo, problemas e dificuldades que as levam a situações de perigo, exigindo, por isso, formas de intervenção pautadas (muitas vezes) pelo sistema de acolhimento, local onde permanecem durante algum tempo, e onde estabelecem o primeiro contacto com uma socialização verdadeira e adequada, com modelos normativos, regras e limites, nos quais assimilam modelos de conduta adaptáveis ao meio em que se encontram (Teixeira, 2009, citado por Freitas, 2017).

CAPÍTULO II - A FAMÍLIA

O termo “*família*” tem vindo a ser estudado pela ciência no âmbito de uma pluralidade de conceitos (Relvas, 1996). Segundo Almeida (1998) citado por Cansado (2014), esta pode ser definida como uma instituição social insubstituível, dada a sua importante função socializadora e o seu carácter educativo, que confere aos seus membros o desenvolvimento de competências e valores pessoais e sociais.

Sendo a base da aprendizagem, cabe à família cuidar e proteger os seus membros, cumprindo, aquilo que Relvas (1996) considera serem duas tarefas fundamentais: a prestação de cuidados que satisfaça as necessidades físicas e afetivas de cada um dos seus elementos; e a sua socialização, que os permitirá adaptar-se à sociedade e à cultura que integram (p.17).

Assim, estudos de vários autores citados por Relvas (1996) revelam que a família pode então ser entendida como um sistema, um todo ou uma globalidade, uma teia de relações que a torna única e particular (p.11).

Gameiro (1992) citado pela mesma autora (Relvas, 1996) define a família como “uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados” (p. 11). Assim, uma das funções fundamentais da família é o suporte dos seus elementos relativamente a pressões externas, sendo que quando um dos elementos se encontra em situação de stress, os restantes sentem inevitavelmente essa pressão (p.93).

Com a sua dinâmica e individualidade, cada elemento da família participa em diversos sistemas e subsistemas, ocupando, por sua vez, diversos papéis, em diversos contextos, que implicam outros tantos estatutos, funções e interações, fora do núcleo familiar (p.13). Desta forma, a autora afirma que não se pode efetivamente conhecer uma família, sem conhecer primeiro os contextos nos quais ela se integra (Relvas, 1996).

Desta forma, e dada a sua pluralidade de papéis e interações, bem com outros fatores, sabe-se que a família está sujeita a dois tipos de pressões: a interna e a externa. A primeira resulta das mudanças ocorridas no desenvolvimento dos seus membros, enquanto a segunda se deve às exigências de adaptação desses mesmos membros, às instituições sociais que sobre eles têm influência, solicitando assim, da sua parte, uma gestão saudável e equilibrada desses tipos de pressão, para que possa ultrapassar as crises por que passa, garantindo, como é de

esperar, a proteção dos seus membros, e o desenvolvimento da sua autonomia e capacitação (Alarcão, 2002, p. 93).

A família é assim a primeira grande etapa de socialização da criança, o contexto educativo onde aprende normas e valores. É aqui que constrói a sua identidade individual e social, e é nela que aprende todas as bases da sua aprendizagem, para uma maior responsabilidade pelas suas opções de vida (Oliveira, 2003, citado por Cansado, 2014). No entanto, tais definições corresponderiam somente àquilo que seria efetivamente desejado numa família, ou em todas as famílias.

Contudo, estas podem, infelizmente, ser um lugar perigoso para alguns dos seus membros, sobretudo para as crianças, seres frágeis e dependentes, e por isso, mais vulneráveis a todo e qualquer tipo de violência. Esta constitui um problema com graves repercussões físicas, psicológicas e sociais sobre os seus membros, comprometendo seriamente a manutenção da unidade familiar (Cansado, 2014).

A **violência** pode ser definida como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (OMS, 2002, citado por Dahlberg & Krug, 2007, p. 1165).

2.1. OS MAUS TRATOS NO SEIO DA FAMÍLIA E A VIOLÊNCIA PERPETRADA A MENORES

Segundo Cansado (2014), o mau funcionamento familiar constitui-se como uma das principais causas do **mau trato infantil**. Este pode ser definido como: “lesões físicas ou psicológicas não acidentais que são consequência de ações físicas, emocionais ou sexuais, de ação ou omissão que ameaçam o desenvolvimento físico, psicológico e emocional considerado como normal para a criança” (Martinez Roig & De Paul in Magalhães, 2005, citados por Cansado, 2014, p. 50)

Já Magalhães (2002) define o mesmo conceito como: “qualquer forma de tratamento físico e(ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e(ou) carências

nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e poder” (p.33).

Cansado (2014) afirma que a experiência de maus tratos tem implicações negativas em diversas áreas do funcionamento do indivíduo: social, emocional, comportamental ou cognitivo, referindo ainda o impacto que detém na personalidade da vítima. Segundo nos conta, uma criança ou jovem maltratado perde a confiança nos outros, a capacidade de amar, de criar afetos, e a dificuldade em desenvolver futuros relacionamentos (p.48).

Uma infância baseada em maus tratos traduz-se, na sua generalidade, em adultos problemáticos, com diversas dificuldades, nomeadamente: situações de consumo de álcool, drogas, doenças crónicas, depressões, ansiedade, ou problemas de relacionamento (Cansado, 2014).

Posto isto, pode afirmar-se existirem várias formas de violência para com as crianças e jovens, podendo estas manifestarem-se, segundo Magalhães (2002), por meio de:

Negligência:

A negligência pode ser entendida como a incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das necessidades básicas de higiene, segurança, alimentação, afeto e saúde, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento (Magalhães, 2002).

Esta pode ser exercida na forma ativa, com a intenção de causar dano, ou na forma passiva, geralmente resultante da incapacidade ou incompetência dos pais em assegurar cuidados (Magalhães, 2002).

Esta é uma forma muito frequente de mau trato que poderá trazer à criança ou jovem graves repercussões, como são o caso: atrasos de crescimento, morte, acidentes e alterações de comportamento (Cansado, 2014).

Maus tratos físicos:

Este tipo de mau trato provoca danos físicos ao menor, podendo ocorrer de forma repetida ou isolada, e sendo frequentemente diagnosticados em instituições de saúde. Aqui se incluem a chamada síndrome da criança abanada (ou sacudida), queimaduras, fraturas, traumatismos cranioencefálicos, lesões abdominais, sufocação, afogamento, intoxicações, entre outras (Magalhães, 2002).

Abuso sexual:

Consiste no envolvimento da criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou de outra pessoa mais velha, mais forte ou com uma posição de poder ou autoridade. Tratam-se de práticas que o menor não consegue compreender e pelas quais não está preparado, nem consegue dar o seu consentimento informado (Magalhães, 2002).

Maus tratos emocionais ou psicológicos:

Os maus tratos emocionais ou psicológicos são os que levantam mais dificuldades no seu diagnóstico, pois podem manifestar-se através de insultos verbais, humilhação, ridicularização, desvalorização, hostilização, ameaças, indiferença, rejeição e culpabilização. Prendem-se pela incapacidade de garantir à criança um ambiente seguro, de bem-estar, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento saudáveis (Magalhães, 2002).

A criança ou jovem que vivencia este tipo de mau trato fica exposta a um clima de tensão e medo que se repercute ao nível do comportamento, do rendimento escolar, a nível de sono, controlo de esfíncteres ou qualquer outro tipo de atividade da criança (Cansado, 2014).

Síndrome de Munchausen por procuração:

A síndrome de Munchausen por procuração consiste na atribuição à criança, por um elemento da família ou cuidador, de sinais e sintomas vários, com o intuito de convencer os médicos da existência de uma doença, gerando, por vezes diagnósticos e procedimentos invasivos que obrigam a hospitalizações frequentes (Magalhães, 2002).

São indicadores deste tipo de abuso administrar à criança/jovem uma droga/medicamento para provocar um sintoma; adicionar sangue ou bactérias às amostras de urina da vítima; ou provocar semi-sufocação de forma repetida antes de acorrer ao serviço de urgência, anunciando crises de apneia. Esta é uma forma rara de mau trato, mas que coloca grandes dificuldades no seu diagnóstico (Magalhães, 2002).

Como verificado, são várias as formas de violência exercidas para com as crianças e jovens, trazendo estas várias consequências para as suas vidas futuras. Segundo Magalhães (2002), essas mesmas consequências podem traduzir-se em: abuso de substâncias como o álcool e a droga; atrasos no desenvolvimento e défices no desenvolvimento cognitivo; baixa

autoestima; sensações de medo, angústia e raiva; delinquência, violência e outras formas de comportamento de risco; desordens do comportamento alimentar e do sono; insucesso escolar e dificuldades de aprendizagem; depressão e ansiedade; tentativas de suicídio e automutilação.

2.2. FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO NOS MAUS TRATOS A CRIANÇAS E JOVENS

Todas as crianças e jovens se encontram vulneráveis a viver experiências infelizes ao longo do seu desenvolvimento, nada tendo que ver com a sua camada socioeconómica e cultural, mas sim com a combinação de vários fatores de ordem biológica, psicológica, social, familiar, situacional e individual. Segundo Santos (2010) é a combinação destes fatores numa família que coloca em risco as crianças e jovens que dela fazem parte.

Cansado (2014); e Rodrigues (1997), citados por Freitas (2017, p. 553) vêm complementar esta ideia, afirmando que, apesar dos fatores acima identificados, existem grupos que devido à existência de circunstâncias da sua vida pessoal, familiar, social ou económica se encontram mais vulneráveis ao surgimento de fatores de risco que colocam em causa o seu normal desenvolvimento. Cansado (2014) afirma que as condições de pobreza, as más condições habitacionais, a baixa instrução escolar por parte dos pais, e um estilo de vida desorganizado, podem contribuir para o surgimento de maus tratos em crianças e jovens.

Freitas (2017, p.65) refere ainda que os fatores de risco que podem colocar em causa o desenvolvimento integral de uma criança ou jovem se centram essencialmente na tríade: criança (prematuridade, sofrimento neonatal, separações precoces), família (separação parental, alcoolismo, toxicodependência) e sociedade (condições socioeconómicas, pobreza), referindo também que os mesmos fatores podem ainda ser agrupados e descritos de uma outra forma, sendo ela:

- ❖ Fatores relacionados com a interação familiar (disciplina familiar; educação parental; relação disfuncional entre os pais; gravidez indesejada; família monoparental, entre outros);
- ❖ Fatores pessoais e comportamentais da criança (personalidade e temperamento, vulnerabilidade; genética, entre outros);

- ❖ Fatores pessoais e comportamentais dos pais (traços psicopatológicos; falta de capacidade para controlar a agressividade, a frustração e a hostilidade; falta de redes de suporte formal e informal, entre outros);

- ❖ Fatores sociais (baixos rendimentos; nível de educação; profissão, entre outros).

Como fatores de proteção destas crianças e jovens destacam-se assim, de forma sumária, segundo Losel & Bender (2003), citados por Freitas (2017, p. 68), os seguintes:

- ❖ Temperamento fácil; inteligência; autonomia; vinculação segura; aproveitamento escolar, relações sociais fortes e adequadas às normas e regras, entre outros.

CAPÍTULO III – CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E RESPOSTAS À SUA PROTEÇÃO

Segundo Mota & Matos (2008) a antiga sociedade tradicional não encarava a infância como tal, reduzindo-a apenas a um período de maior fragilidade. Há medida que esta crescia e se desenvolvia, a sua integração era efetivada por meio do trabalho, contribuindo para a sobrevivência da sua família. A socialização destas crianças acabava por ser controlada não apenas no círculo da família, mas também na rua, um espaço que acreditavam ser de transmissão de valores e saberes.

No entanto, o abandono de crianças recém-nascidas era um problema que persistia nas sociedades tradicionais por razões como a miséria, instabilidade política e outras (Fernández, 1996, citado por Mota & Matos, 2008), e a Igreja não queria aceitar passivamente o infanticídio (Cansado, 2014).

Nesta medida, e por forma a realizar uma breve resenha histórica, a primeira instituição para o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas surgiu no séc. XIII, e tinha como nome «hospício dos enjeitados». Mais tarde, e após o surgimento de outros hospitais, surgem em Lisboa e no Porto outras tantas, desta feita, destinadas às crianças dessas áreas metropolitanas. No séc. XV e XVI surgem as Misericórdias, marcando o início de estruturas organizadas e de carácter religioso, muito vocacionadas à prática da caridade. A partir do séc. XVI surgem as albergarias, e mais tarde, em meandros do século XX surge então lei de proteção à infância, de 1911, constituindo esta a primeira lei promulgada em Portugal. Posteriormente vêm juntar-se a lei tutelar de menores e outras comissões (Freitas, 2017).

Segundo Cansado (2014), a organização tutelar de menores de 1978 veio reforçar uma intervenção mais preventiva, muito vocacionada para o papel da família, ressaltando ainda as diferenças existentes entre uma disposição legal e outra, na medida em que a de 1911 detinha uma intervenção quase exclusiva aos tribunais, enquanto a de 1978 apontava para uma diversificação dos parceiros na aplicação da justiça (Almeida, 1995, citado por Cansado, 2014).

A mudança cultural, social, política e económica, sofrida ao longo dos tempos, veio, segundo Cansado (2014) alterar as concepções de família, bem como as relações estabelecidas entre os seus elementos, que passaram agora a ser educadas por ela, e despertando um novo

sentimento pela criança, que passa agora a deter um papel central nas preocupações não só da família, como também da sociedade.

As crianças e jovens passaram assim a receber uma proteção mais particularizada, sendo agora encaradas como «sujeitos» de direitos, e indivíduos sociais, dentro de uma coletividade.

Seguidamente, e de forma mais atual, pode afirmar-se terem sido constituídas a lei de proteção de crianças e jovens em perigo, e a lei tutelar educativa, que passariam a constituir o novo suporte de intervenção baseada na legitimação do Estado, e sendo tuteladas por estas leis apenas as situações e circunstâncias que possam colocar em causa a segurança, saúde, formação e educação ou desenvolvimento da criança ou jovem, e cuja proteção compete ao Estado garantir (Freitas, 2017).

CAPÍTULO IV - SISTEMA LEGAL DE PROTEÇÃO

A partir de 1 de Janeiro de 2001 entrou em vigor a nova lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que atua perante uma intervenção efetuada sob as seguintes vias: “a) Entidades com competência em matéria de infância e juventude; b) Comissões de proteção de crianças e jovens em perigo (CPCJ); c) Tribunais” (Magalhães, 2002: 68).

Este sistema pretende então, segundo a autora acima mencionada (Magalhães, 2002), dar resposta a crianças e jovens que, por circunstâncias sociais e familiares, não vêm reconhecidos os seus direitos, carecem do imprescindível para o seu desenvolvimento, e sofrem por situações de maus tratos.

A referida legislação foi, no entanto, sofrendo algumas alterações ao longo dos anos, no entanto a que aqui se encontra descrita remete-nos apenas à mais recente: lei n.º 26/2018, de 05 de Julho.

A lei de proteção de crianças e jovens em risco tem então como finalidade “a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”, aplicando-se a crianças e jovens que residam ou se encontrem em território nacional (artigos 1º e 2º, p. 3).

O Estado age assim sobre crianças e jovens que, estando em perigo se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.

(Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, artigo 3.º, alínea 2. Contém alteração introduzida pela lei n.º 26/2018, de 05 de Julho).

Assente em vários princípios orientadores, (presentes no artigo 4.º da mesma lei) compete, em primeira instância, intervir num dos casos acima citados as entidades públicas ou privadas com competência em matéria de infância e juventude, só depois as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, por último os Tribunais.

As entidades com competência em matéria de infância e juventude podem ser definidas, segundo Magalhães (2002) como estruturas de apoio educativo, social e de proteção de crianças e jovens.

Habilitadas com técnicos da área do serviço social, da educação e da psicologia, estas entidades detêm competência para avaliar situações de crianças ou jovens que se encontrem a frequentar os seus serviços ou que se encontrem aí recolhidas, organizando conjuntamente com as famílias um plano de trabalho que vise o controlo da situação de perigo.

Dela fazem parte as seguintes estruturas: internatos, casas de acolhimento, e outras instituições referentes a crianças e jovens.

Às entidades com competência em matéria de infância e juventude cabem ainda, no âmbito da mesma legislação: a promoção de ações de prevenção primária e secundária, que visem a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem. Estas devem ainda promover e integrar parcerias, sempre que as suas intervenções isoladas não se mostrem, por si só, adequadas à promoção dos direitos e proteção da criança ou do jovem (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, artigo 7.º, alíneas 1 e 2).

Em suma, cabe às entidades com competência em matéria de infância e juventude:

- a) Avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo;
- b) Implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição e erradicação dos fatores de risco;
- c) Acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres;
- d) Executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial;

(Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 7º, alínea 4)

No que respeita à intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens, pode referir-se, no âmbito da mesma legislação, só atuarem quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente à remoção do perigo em que as crianças ou jovens se encontrem, não esquecendo, porém, de que esta intervenção depende do consentimento expresso e prestado por escrito dos pais, representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou jovem (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 8º).

Relativamente aos tribunais pode afirmar-se que lhe compete zelar pelo respeito dos direitos da criança ou jovem e da família; estimular a reestruturação das relações no seio da família e com o meio envolvente; apoiar e exigir das diversas instituições e profissionais uma intervenção integrada, articulada, e baseada no respeito pela privacidade da vida individual e familiar (Magalhães, 2002, p. 98).

No entanto, e nos termos da referida legislação (artigo 11º) a intervenção judicial tem sumariamente lugar quando: não exista uma CPCJ na área de residência do menor; quando não seja prestado o consentimento necessário á intervenção das CPCJ; exista uma oposição da criança ou do jovem ao processo de intervenção; não existam meios necessários para aplicar ou executar a medida considerada necessária, entre outros.

As medidas de promoção e proteção aplicáveis segundo esta legislação, artigos 35º; 39º; 40º; 43º; 45º 46º; 49º podem ser:

- a) Apoio junto dos pais (tem como objetivo proporcionar à criança apoio de natureza psicopedagógica e social, ou económica);
- b) Apoio junto de outro familiar (consiste na colocação da criança ou jovem sob a guarda de um familiar, acompanhada de apoio psicopedagógico, e económico, se necessário);
- c) Confiança a pessoa idónea (consiste na colocação da criança ou jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido laços de afetividade recíproca);
- d) Apoio para a autonomia de vida (pretende proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, através de programas de formação e possibilitando-o a condições que lhe permitam adquirir progressivamente a sua autonomia. Pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos);
- e) Acolhimento familiar (consiste na atribuição da criança ou jovem a uma pessoa singular ou a uma família, possibilitando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados necessários ao seu desenvolvimento integral);
- f) Acolhimento residencial (colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados);**
- g) Confiança a pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.

É, no entanto, sobre o acolhimento residencial que iremos direccionar este estudo, relacionando-o posteriormente com a situação escolar destes jovens.

Assim sendo, e a par do que já foi acima mencionado, o acolhimento residencial tem como finalidade:

“contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

(Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 49º, alínea 2, p. 18)

Segundo a mesma lei, o acolhimento residencial tem lugar em casas de acolhimento, obedecendo a modelos de intervenção socioeducativos, e adequados às necessidades das crianças e jovens nelas acolhidos (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 50º, alínea 1, p. 18).

Assim, podem organizar-se por unidades especializadas, sendo elas:

- ❖ Casas de acolhimento para resposta em situações de emergência;
- ❖ Casas de acolhimento para respostas a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica, evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher;
- ❖ Apartamentos de autonomização para o apoio e promoção da autonomia dos jovens.

(Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 50º, alíneas 2-a), b) e c)).

As instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 52º).

As casas de acolhimento devem assim favorecer uma relação afetiva do tipo familiar, assim como uma vida diária personalizada e integrada na comunidade. Os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança podem visitá-la, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 53º, p.19).

Estas dispõem de uma equipa constituída por vários elementos, todos importantes ao desenvolvimento destas crianças e jovens (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, artigo 54º, alínea 1, p. 19).

A resposta de acolhimento pode recorrer também a serviços existentes na comunidade, designadamente nas áreas da saúde e do direito, sendo também direitos destes jovens receber uma educação que garanta o seu desenvolvimento integral, usufruir de privacidade, ser ouvido e participar ativamente em assuntos do seu interesse, entre outros.

Em Portugal a medida de acolhimento é considerada como medida de último recurso, de carácter transitório, que pretende salvaguardar o superior interesse da criança e removê-la da situação de perigo em que se encontra.

CAPÍTULO V – O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

“A institucionalização de crianças/jovens é uma solução para um problema sem mais nenhuma saída; é o estar órfão, mesmo sem realmente o ser, é o ficar órfão...emocionalmente; é o querer fugir...sem ter para onde ir; é a revolta, a solidão...é o sentir-se culpado sem saber porquê, e achar que o voltar a casa seria a melhor coisa do mundo...” (Amado et al, 2003:30)

Tal como tem vindo a ser referido ao longo do presente estudo, a família é fundamental para o desenvolvimento de uma criança, no entanto nem todas contribuem para um desenvolvimento saudável, num ambiente seguro e representativo de bem-estar.

Segundo o enquadramento normativo em vigor, o ***acolhimento residencial*** traduz-se numa medida de último recurso, que só deve efetivamente existir sempre que não existam condições por parte das famílias biológicas, nucleares ou alargadas da criança ou jovem, que garantam o seu normal desenvolvimento e bem-estar integral (Rodrigues, 2010, citado por Cansado, 2014).

A separação das crianças e jovens da sua família de origem deve ser, sempre que possível evitada, a menos que esta se encontre em perigo. No entanto sabemos que muitas delas são, infelizmente expostas a vivências infelizes e traumáticas por parte dessas mesmas famílias, e que a sua integração em contexto residencial, ainda que não sendo a resposta mais desejável, se constitui como a única oportunidade de crescer num ambiente seguro, propiciador de condições adequadas, e o mais parecido possível com o de uma família de verdade.

5.1. SENTIMENTOS E PERCEÇÕES DAS CRIANÇAS E JOVENS À RESPOSTA DE ACOLHIMENTO

Sabemos, no entanto, que a separação da família e a adaptação a uma nova casa, e consequentemente a uma nova vida, constitui sempre para a criança ou jovem um desafio sobre o qual maioritariamente não sabem lidar.

Segundo Cansado (2014), a integração de uma criança ou jovem em acolhimento residencial implica um contexto desconhecido, com pessoas que lhe são estranhas.

Strech (1998, p. 74) citado por Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco (2003), afirmam que todas as crianças que são separadas dos seus pais, por mais negligentes que estes possam

ter sido, sofrem. Nelas emergem sentimentos de perda, solidão e vazio, conduzindo a uma extrema ansiedade. O acolhimento em instituição traduz-se então, na perspetiva destes autores, (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003) numa separação e numa adaptação ao desconhecido, traduzida também num sentimento de luto, de culpa e de injustiça.

Segundo Alarcão (2002) citado por Cansado (2014), a colocação das crianças em contexto residencial (apesar de não poderem estar sujeitas, nem mantidas numa situação de violência) pode conduzir, na sua perspetiva, a um constante mau estar psicológico, provocado pelas vivências a que estiveram sujeitas.

Mota & Matos (2008) vêm complementar esta ideia afirmando que, para além dos sentimentos de perda, solidão, abandono e mau estar, o acolhimento residencial implica inevitavelmente um confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental. Nas suas perspetivas, o facto de estas crianças e jovens continuarem inseridos num sistema familiar, ainda que negligente ou maltratante constitui para elas uma forma de organização interna e consequentemente de proteção (Magalhães, 2004, citada por Mota & Matos, 2008). Existe para si uma necessidade de continuar a encarar os pais como figuras presentes e cuidadoras, havendo, na maioria dos casos uma vontade de continuar a ser aceite e acolhido pelos pais, ainda que saibam que o ciclo de maus tratos e negligência possam efetivamente voltar (Magalhães, 2004, citada por Mota & Matos, 2008).

Almeida (2005) citado por Cansado (2014) afirma que quanto mais tempo durar o acolhimento, menos oportunidades a criança ou jovem terá de crescer numa família, seja a sua, ou outra (adoção), e que quanto mais velha for, mais dificuldade terá em reintegrar-se numa outra, uma vez que já adquiriu novos hábitos e rotinas por via do acolhimento residencial onde se encontra inserida.

Sabemos, no entanto, que a sua adaptação a uma nova casa não é fácil, e que para o jovem acolhido é mais simples refugiar-se no silêncio, na indiferença e no afastamento, ao revés de uma abertura e entrega de si próprio (Mota & Matos, 2008). É então de extrema importância que os adultos responsáveis por esses jovens sejam capazes de “catalisar” essa revolta e essa raiva, devolvendo-lhes a confiança e estabelecendo com eles relações seguras. Tal facto traduz, na perspetiva das mesmas autoras um fator de proteção, capaz de proporcionar a estes jovens uma maior capacidade adaptativa e de resiliência (Matos, 2003, citado por Mota & Matos, 2008).

Na perspectiva de Amado e seus colaboradores (2003) a vida numa casa de acolhimento é igualmente dificultada porque obedece a um conjunto de regras específicas e rotineiras que muitas vezes faz com que estas crianças e jovens se esqueçam um pouco da sua própria individualidade. Por serem também frequentemente representativas de estereótipos sociais geradores de condições estigmatizantes, estas crianças e jovens são muitas vezes «rotuladas», o que dificulta e muito a sua integração na sociedade (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003).

O facto de serem muitas e diversificadas, com antecedentes e histórias de vida diferentes, leva a que as casas de acolhimento não consigam, por vezes, dar resposta a essa diferença, tratando todos com homogeneidade, respostas padronizadas e globalizadas, devendo ser, segundo os mesmos autores (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003) um processo em que a criança se sentisse acompanhada do ponto de vista afetivo, e que recebesse, por isso, uma atenção mais individualizada. No entanto, sabemos que o esquema de trabalho aliado à rotatividade dos funcionários é também uma lacuna, uma vez que dificulta a criação de relações estáveis e satisfatórias entre os jovens e os adultos da própria instituição (Freitas, 2017).

Carvalho (2002) citado por Siqueira & Dell’Aglio (2006), citados por Santos (2010) apontam ainda como aspetos negativos do acolhimento residencial o elevado número de crianças e jovens por técnico ou monitor, o atendimento padronizado e a falta de atividades realizadas com os jovens.

Amado e seus colaboradores (2003) referem no seu livro “*A escola e os alunos institucionalizados*”, que os reflexos da institucionalização, agravados pelos seus antecedentes familiares, propiciam estados de carência na estimulação sensorial, afetiva e cultural e no desenvolvimento emocional e intelectual destes jovens.

Entre os problemas encontrados em crianças institucionalizadas, Bowlby (s/d), citado por Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco (2003) destaca: depressões, falta de controlo emocional, ausência de verdadeiros sentimentos, indiferença apática a qualquer relação afetiva, incapacidade em estabelecer laços de amizade, mentira, ausência de sentimento de culpa, dificuldade de concentração na escola, incapacidade de confiar nos companheiros, isolamento, distração, entre outros.

No entanto, e apesar das dificuldades, para outros autores como Calheiros, Fornelos e Dinis (1993), citados por Freitas (2017), o acolhimento destas crianças e jovens tem uma dimensão educacional e terapêutica inerente, importante à compreensão da separação, da rutura, da perda e da distorção que marcam as suas trajetórias de vida.

Dell'Aglio (2000), citado por Siqueira & Dell'Aglio (2006), citados por Santos (2010) defendem ainda que a experiência de acolhimento se constitui como a melhor saída para algumas crianças e jovens que vivenciaram situações familiares adversas e de grande vulnerabilidade.

Zurita & Fernandez del Valle (1996), citados por Santos (2010) fazem assim referência a um conjunto de fatores que, nas suas perspetivas, são particularidades positivas relativamente ao acolhimento residencial:

- ❖ Constituem-se como estruturas organizadas, com apoio e intervenções terapêuticas especializadas de acordo com a problemática de cada criança ou jovem;
- ❖ Promovem o envolvimento e/ou proximidade com a família biológica, quando possível;
- ❖ As experiências vivenciadas em grupo podem ser benéficas para as crianças e jovens, contribuindo para uma maior facilidade no estabelecimento de laços afetivos com pares e adultos. Para além disso, o facto de estarem inseridos num grupo poderá ainda, nas suas perspetivas, desenvolver nestas crianças e jovens sentimentos de pertença, de cooperação, de interiorização de valores, de identificação com o grupo, e de desenvolvimento da sua própria identidade. (Zurita & Fernandez del Valle, 1996, citados por Santos, 2010)

Já para Yunes, Miranda & Cuello (2004), citados por Mota & Matos (2008) o acolhimento residencial representa para estas crianças e jovens a certeza de um número elevado de atividades, papéis e interações sociais.

De acordo com o referido anteriormente pudemos verificar a diversidade de pontos de vista centrados na problemática do acolhimento residencial, no entanto, e apesar dos aspetos positivos e negativos inerentes, importa identificar e perceber o que pode ser alterável para que esta experiência possa sempre evoluir e contribuir para o desenvolvimento integral destes jovens, minimizando as vivências agonizantes sobre as quais terão passado antes de se

encontrarem agora num contexto que, apesar de não ser o mais desejável se lhes constitui, muitas vezes, como única saída (Santos, 2010).

Assim, compete a estes estabelecimentos promover na experiência do acolhimento residencial uma oportunidade positiva de desenvolvimento, capacitação, socialização e adaptação destas crianças e jovens às exigências do meio exterior (Freitas, 2017).

É importante perceber que estas crianças e jovens continuam a sentir ansiedade e muitas delas a desejar voltar para as suas famílias de origem, ainda que saibam efetivamente que as vivências traumatizantes pelas quais passaram, podem voltar. No entanto, e sempre que não exista uma ordem judicial em contrário ou outros fatores de natureza pessoal, é possível que estas consigam manter ligações afetivas com figuras de referência, criando assim o desenvolvimento de modelos dinâmicos mais positivos. Também o grupo de pares representa uma fonte de apoio e compreensão, sendo importante que estas ligações possam ser mantidas entre os jovens (Freitas, 2017).

Segundo o Manual de boas práticas (s/d), elaborado pelo *Instituto da Segurança Social*, é necessário que os profissionais e colaboradores, elementos fundamentais à vida destas crianças e jovens (pelo seu sentido de orientação, proteção e carinho) se adaptem aos seus ritmos de evolução, sendo necessário apoio psicológico, diálogo, abertura à partilha, desabafo, saber escutar, dar espaço à conversa, respeitar o seu tempo, saber ler nas «entrelinhas» aquilo que muitas vezes não é dito, mas sentido. Estes devem ser parceiros e companheiros de viagem, inculcando neles a resiliência e a sua capacidade de superação.

Segundo Mota & Matos (2008), a qualidade das relações estabelecidas nesse contexto podem proporcionar a essas crianças e jovens uma maior sensação de confiança e de aceitação, melhorando o seu sentido de pertença.

CAPÍTULO VI – A ESCOLA E OS DESAFIOS DE UMA POPULAÇÃO ESCOLAR HETEROGÊNEA

Como sabemos, a *escola* ocupa na atualidade um espaço de grande significado, uma vez que garante aos seus alunos a aprendizagem de conteúdos formais, proporcionando também o estabelecimento de relações interpessoais, e contribuindo para a sua socialização (Miguel, Rijo & Lima, 2012).

Constituída como um pré-requisito ao nível do bem-estar, (Eccles & Roeser, 2011, citados por Miguel, Rijo & Lima, 2012) a escola é um fator fundamental ao desenvolvimento cognitivo e social do ser humano, quer porque prepara as crianças e jovens para os desafios de uma sociedade complexa, quer porque o próprio sistema escolar reproduz a organização da própria sociedade (Janosz & Le Blanc, 2000, citados por Miguel, Rijo & Lima, 2012), e os prepara assim para as vivências quotidianas.

Torres (2011) citado por Oliveira (2015) vêm complementar estas ideias, afirmando que escola não só surge como um meio de socialização, que procura assumir funções de instrução e de educação, como também acaba por ser um sistema social aberto que influencia e é influenciado (Santos, 2009).

Assim, a sociedade atual considera igualmente a escola como um meio de capacitação, de desenvolvimento e de coesão social dos indivíduos, sendo primordial para a construção das representações futuras de qualquer criança ou jovem (Santos, 2009).

Tal instituição acaba por se assumir como um local privilegiado no processo de construção de identidade de todas as crianças e jovens que a integram (Santos, 2009).

Concebida como um lugar de encontro e diálogo entre culturas, a escola é considerada por muitos como uma instituição capaz de corrigir desigualdades. No entanto, e dada a democratização do ensino e as transformações das estruturas políticas, sociais e escolares, tem-se assistido atualmente, segundo nos refere Caio (2014) a um aumento do número de alunos provindos de meios sociais, económicos e culturais desfavorecidos, havendo ainda uma maior presença de minorias étnicas e culturais que exigem da escola uma efetiva mudança, capaz de responder a uma população escolar cada vez mais heterogênea e singular.

Na escola integram-se também crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento Português que nela encontram, ou deveriam encontrar, um espaço de descobertas, de encontros, de sociabilidade e de novas e importantes aprendizagens, que lhes permitirão construir «bagagens» por meio de uma vinculação segura, capaz de proporcionar oportunidades e experiências.

Nesta medida, compete à escola adaptar-se e responder às necessidades de todas estas crianças e jovens, respeitando as suas diferenças, capacidades, potencialidades e ritmos de trabalho.

6.1. A ESCOLA E AS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

No âmbito das crianças e jovens em risco, intuito principal deste estudo, pode afirmar-se, segundo Caio (2014) que a casa de acolhimento residencial e a escola são contextos que testemunham várias transformações na vida destas crianças e jovens, assumindo novas formas de ser e de estar, e funcionando como contextos onde estas podem construir imagens positivas e novas “figurações de si”, uma vez que é nestes dois locais que passam grande parte do seu tempo (Silva, 2008, citado por Caio, 2014).

No entanto, com histórias de vida marcadas por traumas e acontecimentos negativos, sabe-se que a entrada na escola não constitui para estas crianças e jovens algo de muito positivo, pois nada esperam que esta lhes traga. Caio (2014) refere ainda que as histórias de vida complexas que muitos deles experienciaram têm influência na sua vivência escolar, indo de encontro a diversos problemas.

Os investigadores Moslehuddin & Mendes (2006), citados por Santos (2010) consideram que os jovens acolhidos em contexto residencial se constituem como um grupo vulnerável e em desvantagem no que respeita ao acesso à educação e ao emprego.

Sabe-se assim que para muitas destas crianças e jovens a escola se consagra como um espaço de mistérios, da qual não esperam nada de novo, de diferente. Esta dificuldade deve-se, segundo Freitas (2017) ao facto de a escola ser heterogénea, não singularizando cada indivíduo que a frequenta.

Estas crianças e jovens, por trazerem consigo uma «bagagem» de emoções negativas, esperam da escola sentimentos de compreensão, que muitas vezes não encontram na sua relação com os professores e com os colegas.

Tal «vazio» pode desencadear problemas desviantes, de desrespeito ou desobediência à norma, colocando em risco a sua adaptação e integração.

Tais dificuldades poderão conduzir estas crianças e jovens a uma tendência generalizada para reprovações e suspensões, (Pecora., et al., 2006; Zetlin & Weinberg, 2004, citados por Tomé, 2015) originando sentimentos como desinteresse e desmotivação generalizados, e acabando por experimentar, (na sua maioria, uma vez que tal situação não é generalista) situações de fracasso e insucesso escolar (Freitas, 2017).

De acordo com Amado e seus colaboradores (2003), as questões do insucesso ou do fracasso escolar têm início no chamado “*ciclo do desinteresse*”, que se baseia essencialmente no auto conceito negativo que estas crianças e jovens possam ter de si próprias, e do seu processo educativo, bem como da natureza avaliadora da prática escolar.

Segundo os mesmos autores (Amado e seus colaboradores, 2003), uma monotonia das aulas, das matérias, das poucas motivações para com colegas e professores, retenção, bem como de outros fatores antecedentes, e exteriores à escola (mau ambiente familiar, desinteresse dos pais, classe social baixa, entre outros) leva a que os alunos incidam naquilo a que os autores designam por “ciclo do desinteresse” que tem como principais consequências: o desinteresse geral, as faltas à escola, a agressão ou até mesmo a falta de objetivos.

Segue-se o *insucesso escolar*, uma causa efeito desse ciclo do desinteresse, que gera frustrações e encontros dolorosos na vida diária das crianças e jovens, contribuindo para um sentimento de impotência (Polk, 1988, p.114, citado por Amado e seus colaboradores, 2003).

Por fim, mas não menos importante, segue-se a fase da *indisciplina* que representa, segundo Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco (2003), uma espécie alternativa ao comportamento do aluno que não é bem-sucedido, existindo, por isso, nas suas perspetivas, uma relação indireta entre o insucesso e a indisciplina.

Através dela (indisciplina) o aluno procura dimensões alternativas de “maturidade precoce” (fumar, consumir álcool ou drogas, entre outras), experimentando sentimentos de baixa auto estima, auto conceito negativo, também ele muito ligado à história pessoal do aluno (Amado, Ribeiro, Limão & Pacheco, 2003).

No entanto, e tal como já foi referido, tais indicadores não são generalistas nem traduzem uma imagem verídica de todos os jovens em acolhimento residencial, eles apenas se sustentam em estudos realizados por vários autores, que constataram que todos os jovens se podem vir a encontrar em situações de insucesso escolar ou indisciplina. Contudo, devido a vários fatores e antecedentes, estes jovens encontram-se mais propensos ao risco de isso suceder.

Os parágrafos seguintes darão mais destaque às questões do insucesso escolar nas crianças e jovens em acolhimento residencial, que constituem a população privilegiada deste estudo.

6.2. O INSUCESSO ESCOLAR

Segundo Roazzi & Almeida (1988), as questões do insucesso escolar são frequentemente analisadas sob vários prismas.

Na ótica dos professores, elas tendem a associar-se sobretudo à falta de motivação e capacidades dos alunos, bem como ao “mau” funcionamento das estruturas educativas, familiares ou sociais (Roazzi & Almeida, 1988).

No que respeita aos pais e público geral, a responsabilidade incide um pouco nos professores, alegando estes: faltas, desmotivação ou formação insuficiente (Roazzi & Almeida, 1988).

Os mesmos autores (Roazzi & Almeida, 1988) revelam ainda outras opiniões, sendo que estas se dividem em: alunos pouco dotados, alunos e professores desmotivados, falta de bases, ou problemas e carências afetivas de ordens várias.

De acordo com Miguel, Rijo & Lima (2012), através da sua revisão da literatura, (Balfanz, Herzog, & McIver, 2007; Simões, Fonseca, Formosinho, Dias, & Lopes, 2008; Winne & Nesbit, 2010) puderam identificar-se três categorias no que respeita aos fatores de risco para o insucesso escolar: a família, a escola e as características individuais do aluno.

De forma sucinta, destacam-se, a nível familiar, um conjunto de fatores que concorrem para a incidência do insucesso escolar neste grupo de jovens em particular: qualidade dos cuidados primários (Jimerson, Egeland, Sroufe, & Carlson, 2000, citados por Miguel, Rijo & Lima, 2012), pobreza, monoparentalidade, divórcio, práticas educativas rígidas ou permissivas (Fortin, Royer, Potvin, Marcotte, & Yergeau, 2004, citados por Miguel, Rijo &

Lima, 2012), fraco envolvimento parental na educação escolar dos filhos (Rumberger, 1995, citado por Miguel, Rijo & Lima, 2012), o tipo de vizinhança ou o índice de criminalidade (Balfanz, Herzog, & MacIver, 2007; Candeias, Almeida, Reis, & Reis, 2006, citados por Miguel, Rijo & Lima, 2012).

Relativamente às características relacionadas com a escola, destacam-se sumariamente o funcionamento e organização escolares: dimensão da escola, tamanho da turma, atitudes dos professores, grau de comprometimento no exercício das suas funções (Janosz & Le Blanc, 2000, citados por Miguel, Rijo & Lima, 2012), e a ausência de currículos estimulantes (Grácio, 2006, citado por Miguel, Rijo & Lima, 2012),

No que respeita às características individuais do aluno, destacam-se, segundo os mesmos autores (Miguel, Rijo & Lima, 2012) a não integração social e o estabelecimento de relações interpessoais não satisfatórias, a falta de motivação, a ausência de rotinas de estudo e as dificuldades ao nível do autocontrolo (problemas de atenção, comportamento agressivo, brigas, impulsividade, indisciplina e dificuldades de aprendizagem) (Pires, 1983, citado por Miguel, Rijo & Lima, 2012).

6.3. O INSUCESSO ESCOLAR NAS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Tal como referido em parágrafos anteriores, e apesar de não ser uma questão generalista de todas as crianças e jovens em acolhimento residencial, estudos de vários autores vieram demonstrar que esta população se encontra em maior risco de insucesso escolar, devido a vários fatores.

Segundo Jackson & Cameron (2012), citados por Tomé (2015, p. 10) e na linha do descrito anteriormente, este insucesso deve-se (ou pode dever-se) a “fatores individuais da criança/jovem; antecedentes/história familiar; fatores relacionados com a escola, ou até mesmo fatores inerentes ao próprio sistema de acolhimento ou à residência na qual estão acolhidos”.

Outros autores defendem ainda que o tempo de acolhimento pode, também ele, ser um fator importante ao sucesso escolar destes jovens.

Apesar de ser um tema controverso, alguns autores (Dell’Aglia & Hutz, 2004, citados por Tomé, 2015) afirmam que um longo período de acolhimento tem um efeito negativo na dimensão escolar dos jovens acolhidos, outros, por sua vez, defendem que um longo período de acolhimento traz menos problemas a nível escolar, se comparado a crianças e jovens acolhidos há menos tempo (Attar-Schwartz, 2009; Ringle, Ingram & Thompson, 2010, citados por Tomé, 2015).

Outros acreditam ainda que um longo período de acolhimento de qualidade pode ser um fator protetor (Ringle et al., 2010, citados por Tomé, 2015).

No entanto, e apesar dos vários estudos existentes e de todas estas questões serem entre os autores contraditórias/controversas, Mata (2000, p.11) citada por Amado e seus colaboradores (2003) no seu livro *“A escola e a educação dos jovens institucionalizados”*, desenha um retrato-tipo dos alunos potencialmente em risco de insucesso escolar, sendo este (segundo refere), muito aproximado ao dos alunos em acolhimento residencial.

Assim, os jovens em risco de insucesso escolar, segundo o seu retrato: vivem nas periferias urbanas ou em zonas rurais e pertencem a um meio social com pouco diálogo a nível familiar; são filhos de operários, artesãos, trabalhadores agrícolas, com fracas ambições escolares e pouco interesse pela escola, pelas aulas e pelas matérias, com dificuldades de concentração e baixo aproveitamento; podem ser, no geral, mais velhos do que os colegas do mesmo grau de ensino, que trazem consigo perspetivas de insucesso escolar, e que se interessam pelo mercado de trabalho, aliciante ao lucro imediato que este lhes possa proporcionar. Não se sentem bem na sua pele de estudantes, e não têm confiança no seu desempenho. Achem que os professores dão aulas pouco motivadoras, sentindo-se estes solitários e isolados. Aceitam mal as avaliações, fingindo indiferença. Não gostam de se submeter a regras (Isabel Mata, 2000, p.11, citada por Amado e seus colaboradores, 2003).

É importante ressaltar, no entanto, que tal retrato não é generalista de todas as crianças e jovens em acolhimento residencial, apenas procura ilustrar, segundo vários estudos, o perfil de um aluno potencialmente em risco, comparando-o, como já foi referido, a crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento Português.

Assim, sem a devida intervenção para que estas crianças e jovens se mantenham na escola e alcancem, por isso, a sua motivação, e consequentemente o sucesso escolar, esta população torna-se assim um grupo em risco de exclusão, quando em idade adulta (Jackson & Cameron, 2012; Zetlin & Weinberg, 2004, citados por Tomé, 2015).

Por **exclusão social**, entende-se, numa perspetiva sintética, o resultado de uma “desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando assim uma não participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade” (CIES/CESO I&D, 1998; Capucha, 1998, citados por Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999, p. 64).

6.4. A RELAÇÃO DA AUTO REPRESENTAÇÃO, DO AUTO CONCEITO E DA AUTO ESTIMA NO SUCESSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS E JOVENS EM ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Na perspetiva de alguns autores, determinados conceitos como os descritos no decorrer deste subcapítulo têm influência na vida dos indivíduos em diversos domínios, nomeadamente no seu sucesso escolar (Mann et al., 2004; Martins, 2012; Aryana, 2010, citados por Tomé, 2015).

Como sabemos, as crianças e jovens em acolhimento residencial vivenciaram, ao longo de um determinado período da sua vida, um conjunto de experiências negativas que influenciaram ideias e pensamentos negativos acerca de si próprios. Tais fatores levam a que muitas vezes estas experiências exerçam uma influência negativa na sua autoestima, fator esse que condiciona muitos aspetos da sua vida.

Segundo Swann Jr. & Bosson (2010), citados por Tomé (2015) a **auto representação** de um indivíduo baseia-se numa quantidade de crenças, pensamentos, memórias, perceções e sentimentos acerca dele próprio (Swann Jr. & Bosson, 2010, citados por Tomé, 2015). Este conhecimento acerca de si influencia o seu comportamento, pensamento e bem-estar (Markus & Wurf, 1987, citados por Tomé, 2015), bem como tem influência na forma como a informação é processada.

Tais representações encontram-se muito relacionadas com os diferentes contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos, bem como nas experiências por si vivenciadas. Por serem várias e ocorrerem ao longo do tempo, as auto representações são maleáveis e modificam-se ao longo da vida (Markus & Kunda, 1986, citados por Tomé, 2015), o que significa que o seu conhecimento sobre si próprio (auto conceito) também possa mudar e

adaptar-se às diferentes fases por que passam (Roberts, Walton & Viechtbauer, 2006, citados por Tomé, 2015).

Este auto conceito, por sua vez (conhecimento sobre si próprio) exerce naturalmente influência nas ações do indivíduo, explicando o seu comportamento (Baumeister, 1998; Markus & Wurf, 1987, citados por Tomé, 2015). Este (auto conceito) compreende três componentes: a cognitiva, a afetiva e a comportamental (Baumeister, 1999, citado por Tomé, 2015). A cognitiva refere-se aos conteúdos, a afetiva aos sentimentos e auto estima, e a última, à regulação dos comportamentos do indivíduo (Baumeister, 1998, citado por Tomé, 2015).

A **auto estima**, por sua vez, define-se na forma como os indivíduos se encaram a eles próprios, ou seja, se auto avaliam (Kernis, 2009, citado por Tomé, 2015), sendo mais afetada positiva ou negativamente de acordo com as áreas de competência que o indivíduo sente como mais importantes (Harter, 1999, citado por Tomé, 2015).

Assim, se ela for positiva é considerada como fator protetor, uma vez que tem efeitos benéficos e sentimentos associados: felicidade, entusiasmo, boa adaptação, sucesso escolar...Pelo contrário, se ela for baixa, ou negativa, torna-se um fator de risco, pois a ela associam-se depressões, ansiedade, abandono escolar e comportamentos de risco (Mann et al., 2004, citados por Tomé, 2015).

De acordo com a literatura, estes conceitos revelam-se importantes no interesse e satisfação dos alunos com a escola e consequentemente no seu sucesso escolar, pois vários autores acreditam que ter perceções positivas exerce influência no desempenho escolar dos alunos, quando comparados a outros com auto perceções negativas (Valentine et al., 2004, citados por Tomé, 2015). Assim, melhorar a auto representação, o auto conceito e a auto estima destes jovens pode ser um passo positivo na melhoria das suas notas, contribuindo para a melhoria do seu rendimento escolar.

O sucesso escolar tem assim um papel importante na sociedade atual, uma vez que é um passo importante para a qualidade de vida futura de uma criança ou jovem (Tomé, 2015).

6.5. A CASA DE ACOLHIMENTO E OS TÉCNICOS COMO ELEMENTOS FACILITADORES DO SUCESSO ESCOLAR

Como vimos, os alunos têm um papel igualmente importante no seu próprio sucesso escolar, na medida em que necessitam de ter força de vontade, disciplina, motivação, auto conceito positivo, auto estima, interesse em aprender e acreditar no seu próprio valor.

Para tal, é extremamente importante o apoio dos técnicos que os acompanham diariamente, sejam eles professores, educadores, auxiliares de ação educativa, psicólogos, monitores e membros da equipa técnica, que devem estar presentes na vida escolar destes alunos, trabalhando em parceria com as escolas ou com os professores (dependendo do tipo de ensino efetivado em cada instituição) como se de um trabalho em rede se tratasse. Martin e Jackson (2002), citados por Oliveira (2015) referem a importância de uma boa comunicação entre cuidadores e escola, apresentando-se como um elemento fundamental.

As casas de acolhimento residencial devem assim procurar estar presentes e contribuir para o sucesso escolar destas crianças e jovens, uma vez que a educação é fundamental à construção da individualidade, responsabilidade, sociabilidade e sentido de comunidade (Azevedo, 2006, citado por Arroteia, 2008, citado por Oliveira, 2015). A mesma autora (Oliveira, 2015) refere ainda, citando Jackson & Höjer (2013), que estas crianças e jovens poderão vir a experienciar situações de exclusão social por não obterem qualificações escolares e por não terem, na sua retaguarda, um meio familiar de suporte.

Assim, cabe às casas de acolhimento, e aos técnicos, agora responsáveis pela sua educação, primar pela inclusão, sucesso escolar, motivação às aprendizagens, demonstrar-lhes a importância da escola, dos sonhos há muito perdidos e restabelecer-lhes a crença de que poderão vir a ser mais do que aquilo que pensam, e autores da sua própria história.

6.6. O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NA VIDA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E A IMPORTÂNCIA DO ELOGIO E DA CRÍTICA CONSTRUTIVA

Os professores têm um papel importante na vida de todos os seus alunos, pois são eles os «catalisadores» do processo educativo.

Apesar de deterem consigo programas rígidos que têm que cumprir, existe, na maioria das vezes, uma hipótese de este ser adequado às características dos seus alunos/turma,

tornando as aulas mais apelativas na ótica das crianças e jovens que a elas assistem (Rosenthal & Jacobson, 1986, citados por Roazzi & S.Almeida, 1988).

No entanto, sabemos também que não é só das matérias que a relação professor-aluno é feita, sabemos sim que se baseia numa relação de reciprocidade, de dar e receber.

Quando os professores compreendem e respeitam os seus alunos, têm deles um maior interesse e motivação, e consequentemente uma relação positiva com os mesmos. O contrário se passa quando, por ventura, o professor coloca um «rótulo» num aluno que apresenta comportamentos de insucesso escolar, absentismo escolar e retenções. Deste modo, e segundo Caio (2014), a competência relacional parece ser o principal aliado do professor, uma vez que são os alunos que apresentam mais dificuldades (nos quais muitas vezes se integram as crianças e jovens em acolhimento residencial) que o efeito do elogio, e da crítica construtiva se revelam mais úteis, pois tal ação vai, segundo a autora (Caio, 2014), influenciar positivamente a sua auto estima.

Assim, estas crianças e jovens requerem da parte do professor um maior apoio e auxílio, uma vez que o comportamento depreciativo e a rejeição por parte destes, pode conduzi-los a situações como o insucesso, o abandono escolar e a exclusão.

Resende (2008), citado por Caio (2014), refere que o professor deve contribuir para despertar os interesses de cada aluno, orientar e facilitar o seu processo de crescimento.

No entanto, sabemos também que a vida de um professor não é muitas vezes tarefa facilitada, uma vez que este lida diariamente com situações sobre as quais tem que inevitavelmente assumir outros papéis que não o seu, e sobre as quais muitas vezes não se sente preparado. Tal situação comporta para o professor sentimentos de insegurança e frustração que o levam, muitas vezes, a não conseguir agir em tempo útil, e em conformidade com a situação (Caio, 2014).

É então importante continuar a investir na formação dos professores, desta feita para uma melhor e mais eficaz forma de lidar com as problemáticas que vão surgindo (Caio, 2014) e para melhorar o acompanhamento dos jovens, cujo percurso de vida foi feito de obstáculos e vicissitudes.

Segundo a mesma autora (Caio, 2014), investir na formação dos professores é algo fundamental e indispensável ao sucesso educativo, uma vez que a profissão exige cada vez mais situações complexas, dada a heterogeneidade da escola atual, bem como a singularidade de cada criança e jovem, com percursos de vida muito distintos.

Relativamente à escola como um todo, esta deverá igualmente adaptar-se o mais possível às necessidades de cada jovem, orientando-se para a igualdade de direitos, para a equidade social, para a flexibilização dos sistemas de ensino, e proporcionando a todos, sem exceção, uma educação diferenciada, assente nas potencialidades e ritmos de aprendizagem de cada um, objetivando o respeito pela cultura, e pela diferença, tornando mais sólidos os valores humanos, e potenciando uma maior e melhor educação inclusiva (Caio, 2014).

Por **educação inclusiva**, entende-se, segundo Sanches (2011), falar de equidade, de diversidade (física, intelectual, étnica, cultural, religiosa). É falar de direitos, de deveres, e da eliminação de qualquer tipo de discriminação, é romper barreiras como a homogeneidade, a normalização e o “aluno médio”.

Segundo refere Sanches (2011), a escola inclusiva, ou a educação inclusiva, deve conceder a todos, o acesso aos seus direitos, independentemente da cor, raça, etnia, religião, ou como cita, “daqueles que não encontram sentido ou consideram irrelevantes as aprendizagens que a escola lhes proporciona” (p.137).

Refere também que uma escola inclusiva deve supor uma escola que flexibiliza e ajuste os seus currículos, para que se adapte à diversidade dos seus alunos, desde os mais vulneráveis, aos mais “dotados”. Deve ser uma escola que reconheça as diferenças, e que não as “olhe” apenas através de testes e de exames, mas sim uma escola que as avalie como um todo, diferenciando tarefas dentro do grupo e não diferenciando indivíduos (Sanches, 2011).

Alunos e professores devem estar, segundo a mesma autora (Sanches, 2011), envolvidos nas tarefas, perspectivando aquela que seria uma educação e uma aprendizagem para todos, gerindo, no entanto, as condições e os recursos necessários ao sucesso dos seus alunos.

É importante que todas as crianças e jovens se sintam acolhidas, num ambiente seguro, só assim se poderão atenuar os comportamentos desviantes sobre os quais tanto se fala na atualidade.

CAPÍTULO VII – METODOLOGIA

A metodologia é um processo construtivo, que procura conduzir uma pesquisa ou um conjunto de regras relativas à elaboração e consecução de um trabalho ou estudo.

No caso concreto desta investigação, a metodologia empregue será de natureza qualitativa. Segundo Dias (2009), citado por Oliveira (2015), o método qualitativo permite a compreensão da globalidade dos fenómenos, podendo ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que procura obter, através de determinados procedimentos, indicadores que permitam aferir conhecimentos em várias áreas. Para além de construir uma «mensagem», a metodologia qualitativa procura ainda categorizá-la, reduzindo a informação a situações, contextos, factos ou opiniões (Alves, s/d).

O presente estudo centrar-se-á essencialmente na metodologia qualitativa, privilegiando a entrevista semidiretiva como técnica de recolha de dados privilegiada, a par da análise de conteúdo de vários documentos alusivos ao tema, e inerentes à pesquisa bibliográfica realizada no quadro desta investigação.

As entrevistas têm como função geral adquirir conhecimentos com menos erros de interpretação, estudá-los em profundidade, complementar as leituras, bem como uma maior flexibilidade, por permitir, através de um contacto direto, uma maior explicitação das perguntas e respostas apresentadas. Como limitações destacam-se, no entanto, a sua dificuldade na análise de resultados, uma vez que poderão ser obtidos elementos que dificultem a sua generalização (in João F. Almeida, Sociologia, Lisboa, Univ. Aberta, 1994, p:213, citado por Alves, s/d).

A opção por este modelo de entrevista foi definido por conceder ao entrevistado uma maior liberdade de resposta (que poderá ser benéfica para o conhecimento de outras questões pertinentes), e por permitir uma fluidez no diálogo. Esta segue igualmente um guião, no entanto de forma mais livre, permitindo alterar a ordem dos itens apresentados (Alves, s/d).

No que concerne ao guião, e tendo em conta o presente estudo, o mesmo terá em conta a necessidade de perceber/desmistificar como é processada a situação educativa destas crianças e jovens, nas diversas óticas, a saber: perspectiva do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família -

GAAF de uma escola na cidade de Portalegre, e de uma Casa de Acolhimento Residencial, sediada também na mesma cidade.

Para tal, procedeu-se ao contacto institucional com as referidas instituições (Escola Básica, e Casa de Acolhimento Residencial), que aceitaram a recolha de dados qualitativos, realizados por meio de entrevistas. Estas foram realizadas em datas acordadas entre os intervenientes, e direccionadas sob alçada dos guiões constantes no apêndice 1, constituindo, em todas elas, «abertura» para realizar outras questões não explanadas no guião, bem como para esclarecimento de dúvidas acerca dos assuntos tratados.

No início das mesmas foi ainda solicitada a gravação áudio das entrevistas, por forma a facilitar a análise e tratamento da informação. Todas elas foram redigidas, analisadas e trabalhadas, respeitando as questões do anonimato e sigilo que lhe estavam subjacentes.

Após todo este trabalho foram elaboradas tabelas (apêndice 2), de acordo com o respetivo guião de entrevista, que tinham por objetivo facilitar e sintetizar a informação de todos os entrevistados, no respeitante àquelas questões. Tal facto simplificou a leitura e a análise dos dados empíricos, bem como a discussão dos resultados inerentes.

De referir é ainda que, no início deste estudo foi elaborado, a par dos restantes, um guião de entrevista destinado aos alunos em situação de acolhimento residencial, encontrando-se este igualmente apresentado nos apêndices constantes nesta investigação (apêndice 1). No entanto, a recolha de dados empíricos a estes intervenientes não foi possível de ser concretizada, por falta de respostas. Ainda assim, e apesar de não ter sido possível envolver a opinião destes jovens, o propósito deste estudo manteve-se, redireccionando um pouco o seu foco à perspectiva institucional de todos os técnicos envolvidos que, prontamente se disponibilizaram a apoiar e facilitar a consecução deste estudo e a consequente procura das respostas.

Seguidamente serão caracterizadas sinteticamente as instituições envolvidas neste estudo, bem como alguns aspetos fundamentais à compreensão de alguns conceitos apresentados no decorrer destas entrevistas.

CAPÍTULO VIII – CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

ESCOLA BÁSICA JOSÉ RÉGIO

De acordo com informações retiradas do site oficial do Agrupamento de Escolas José Régio (<http://www.aejr.pt/>), pode dizer-se que:

A Escola Básica José Régio, sediada na cidade de Portalegre é uma escola TEIP (Território Educativo de Intervenção Privilegiada) que acolhe alunos do 5º ao 9º ano de escolaridade, integrando turmas do ensino regular, ensino artístico especializado (curso básico de música), curso de educação e formação - CEF, programa integrado de educação e formação – PIEF, e centro de apoio à aprendizagem (orientam para o sucesso educativo de todos os alunos que manifestem necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão).

Nestas turmas encontram-se a lecionar 96 professores, e 8 da educação especial. Como pessoal não docente, a escola conta com 12 assistentes operacionais (<http://www.aejr.pt/>).

No que respeita à sua missão, pode dizer-se que pretende educar e formar cidadãos responsáveis, através de um conjunto de políticas inclusivas, por forma a construir uma sociedade mais justa e democrática (<http://www.aejr.pt/>).

Para além dos programas curriculares existentes, (e abordados mais a frente neste estudo) a Escola Básica José Régio dispõe, a par do referido em parágrafos anteriores, do ensino articulado de música, no qual os alunos se organizam por grupos de instrumentos onde desenvolvem as suas capacidades em grupo/orquestra, podendo frequentar o 1º ciclo de estudos na música, em simultâneo com a frequência no ensino regular. Aquando da sua finalização, os alunos podem beneficiar igualmente do 2º ciclo de estudos nesta área.

Depois das aulas, e de acordo com a informação constante no mesmo site (<http://www.aejr.pt/>), os alunos podem frequentar zonas destinadas às artes, à ciência, ao atletismo, ao futebol, à música e à robótica, já para não falar da Biblioteca Escolar, que promove, segundo a mesma fonte, atividades de leitura, aprofundamento dos conteúdos do currículo, entre outras.

No que respeita aos projetos, a escola dispõe, a nível sucinto do Eco Escolas (um programa destinado à educação ambiental para a sustentabilidade), do Erasmus+ (promovido pela União Europeia, permite cooperar na inovação e intercâmbio de boas práticas educativas, através da partilha de ideias inovadoras), do Gen10s (clube de programação onde os alunos desenvolvem atividades de programação e de desenvolvimento do pensamento computacional), e do Régio Flex (programa de autonomia e flexibilidade curricular) (<http://www.aejr.pt/>).

8.1. TEIP – TERRITÓRIO EDUCATIVO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Segundo o *Projeto Educativo – Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, (2018/2021)*, pode dizer-se que o agrupamento de escolas em questão é um dos 137 Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, que tinham como objetivo, aquando da sua criação (1996), manter uma escola democrática que concebesse a igualdade de oportunidades, através de uma filosofia de discriminação positiva para populações mais carenciadas, envolvendo e estabelecendo parcerias entre vários atores locais.

Estas (escolas TEIP) pretendem criar um saber partilhado, que inclua todos os alunos, independentemente da sua origem, etnia, ou estatuto socioeconómico. Pretendem, igualmente, através da implementação de projetos próprios, promover o sucesso educativo dos alunos, combater o abandono escolar e as saídas precoces do sistema educativo, contribuindo para a transição da vida ativa dos jovens que as integram, através da coordenação de atividades com todos os agentes envolvidos, sem esquecer também o apoio concedido às suas famílias (in *Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021*).

8.2. CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - CEF

Os percursos formativos CEF têm como principal objetivo garantir a igualdade de oportunidades dos alunos através de alternativas adequadas e flexíveis, dotando-os de ferramentas que lhes permitam enfrentar os desafios do mercado de trabalho e prepará-los para uma vida mais ativa (in *Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021*).

Este tipo de respostas educativas acabam por ser uma alternativa de formação ao ensino básico regular, permitindo a conclusão da escolaridade básica obrigatória e o combate ao abandono escolar precoce (in *Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021*).

As ofertas formativas existentes nesta escola para cursos CEF detêm duas vertentes: Operador de Informática e Empregado de Restaurante e Bar, sendo encaminhados os alunos que, em função das dificuldades diagnosticadas (falta de autoestima, poucos hábitos de estudo ou trabalho, falta de interesses para a escola, entre outros) revelem obstáculos na aquisição de aprendizagens (in Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021).

8.3. PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO - PIEF

Segundo o *Regulamento de constituição e funcionamento de turmas com Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) – Ano letivo 2018/2019*, elaborado pela *Direção Geral da Educação (s/d)*, o PIEF “é uma medida socioeducativa de carácter temporário, a adotar depois de esgotadas todas as outras medidas de integração escolar” (...), visando essencialmente “favorecer o cumprimento da escolaridade obrigatória e a inclusão social, conferindo uma habilitação escolar de 2º ou 3º ciclo” (p.1), e sendo destinatários desta medida, de acordo com a mesma fonte, jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, que á data da sinalização não tenham frequentado, injustificadamente, as atividades letivas há mais de 20 dias úteis, seguidos ou interpolados, e estejam abrangidos por, pelo menos, uma das seguintes situações:

- ❖ Desfasamento etário igual ou superior a 3 anos face ao nível de ensino frequentado, tendo por referência um percurso escolar iniciado aos 6 anos de idade;
- ❖ Situação de risco e/ou perigo conforme artigo 2.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na sua redação atual;
- ❖ Existência de processos de promoção e proteção, tutelares educativos ou processos penais;
- ❖ Alunos que, frequentando a escola, revelem insucesso escolar grave, ou seja, que fiquem abrangidos, pelo menos, pela situação socioeducativa referida na alínea a);
- ❖ Outras situações de carácter excepcional.

(in Regulamento de constituição e funcionamento de turmas com Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) – Ano letivo 2018/2019)

Em suma, pode afirmar-se, segundo dados do *Projeto Educativo – Agrupamento de Escolas José Régio TEIP3*, (2018/2021) que estes jovens detêm, na sua maioria, um percurso escolar marcado pela negativa, onde, por ventura se encontravam “à margem” do sistema

educativo, tal era a sua desmotivação face à escola e a tudo o que ela representava. De referir é ainda que esta medida opera em articulação com várias entidades externas, que acompanham igualmente estas crianças e jovens.

8.4. GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA - GAAF

No decorrer dos próximos capítulos, será frequentemente referenciado o termo «GAAF», uma vez que os técnicos entrevistados no âmbito desta dissertação são membros pertencentes a esta resposta de apoio ao aluno e à família. Assim, de forma sumária, pode dizer-se que:

O Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) é uma estrutura existente na escola em questão, que tem por objetivos: promover a consolidação do sucesso escolar dos alunos; a promoção do seu desenvolvimento pessoal e social; a diminuição das situações de abandono e insucesso escolar; e o apoio aos alunos e suas famílias, nas problemáticas existentes. Para tal, é promovido o acompanhamento individualizado e em grupo, acompanhando e encaminhando alunos e famílias, em articulação com os técnicos; dinamizar atividades lúdicas e formativas; envolver a comunidade educativa na vida escolar dos seus educandos; e promover e fomentar o cumprimento da escolaridade junto dos alunos em risco de abandono escolar (in Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021).

O GAAF dispõe de uma equipa técnica de várias áreas que, em parceria, trabalham para fazer face a estes e a outros objetivos necessários (in Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3, 2018/2021).

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (LISNSC)

Sobre a Santa Casa da Misericórdia de Portalegre (SCM), e o Lar de Infância e Juventude Nossa Senhora da Conceição, pouca informação foi encontrada, tanto no que se refere à sua perspetiva histórica, como à sua atual designação (uma vez que estes equipamentos são agora designados por Casas de Acolhimento Residencial). Ainda assim, pode dizer-se, segundo informação constante no site oficial da Santa Casa da Misericórdia (<https://www.scmportalegre.pt/>) que esta (SCM), sediada na cidade de Portalegre, detém um conjunto de valências como resposta a várias problemáticas, sendo elas: Estrutura Residencial

para pessoas idosas - ERPI; Lar do Espírito Santo - LES; Centro Comunitário dos Assentos - CCA; Centro Infantil de São Lourenço - CISL; Lar de Infância e Juventude Nossa Senhora da Conceição - LIJNSC; Lar de Infância e Juventude de Santo António - LIJSA; Apartamentos de autonomização, e Centro de Atividades de Tempos Livres - CATL.

No entanto, e indo ao encontro daquilo que se pretende estudar, abordarei apenas, e de forma sucinta o LIJNSC, um equipamento social com 151 anos de existência, que surgiu como uma resposta social para crianças e jovens do sexo feminino, tendo como finalidade o seu acolhimento. Esta estrutura acolhe crianças e jovens dos 6 aos 18 anos de idade, tendo capacidade de resposta para 30 jovens (<https://www.scmportalegre.pt/>).

Com vista ao seu desenvolvimento integral, bem como á sua autonomização, o LIJNSC procura proporcionar condições de vida o mais aproximadas possíveis aos da sua família de origem (<https://www.scmportalegre.pt/>).

CAPÍTULO IX- ABORDAGEM EMPÍRICA, ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo será agora destinado à componente empírica deste estudo, sendo no decorrer do mesmo apresentadas a análise de dados qualitativos, bem como a discussão de todos os resultados.

Assim, e tal como já foi anteriormente referido, a recolha destes dados foi realizada por via de entrevistas semidiretivas, a técnicos das mais diversas áreas. No entanto, e por esse motivo foram construídos vários guiões de entrevista (presentes no apêndice 1), adaptados a cada técnico, e por isso ligeiramente divergentes na sua constituição e enumeração, mas semelhantes a nível de conteúdo. Aos entrevistados são associados os números de 1 a 6, por forma a garantir, naturalmente, o anonimato dos mesmos.

Assim, aos entrevistados por parte da estrutura do GAAF, a numeração é efetivada de 1 a 4, apresentando-se, para tal, os guiões de entrevista: “Docente”, e “Técnicos (Escola) ”.

Relativamente aos entrevistados por parte da Casa de Acolhimento Residencial, a associação é concretizada recorrendo aos números 5 e 6, sendo o guião de entrevista utilizado para ambos, designado por: “Guião Casa de Acolhimento Residencial (CAR) ”.

9.1- ANÁLISE DOS DADOS

EXPERIÊNCIA ESCOLAR

A primeira questão pretende *perceber como é processada a dimensão educativa destas crianças e jovens*, sendo esta exclusivamente apresentada aos entrevistados por parte da CAR, que respondem, de forma sucinta, que esta é efetivada recorrendo às escolas existentes na comunidade, de acordo com a oferta existente na cidade.

No entanto, e por forma a facilitar um pouco a análise dos dados relativos a este estudo, centrar-me-ei, em primeira instância no *Guião Docente*, por ser ligeiramente diferente dos restantes, referenciando, a partir daí, as questões comuns, e as divergentes.

No que respeita à primeira questão do *Guião Docente* (questão comum a todos os guiões, excepto no *Guião Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*), cuja mesma questão se apresenta de forma igual na 2ª pergunta): ***“Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola?”***, pode afirmar-se que todos os entrevistados entendem que as crianças e jovens em acolhimento residencial não encaram a escola de forma muito positiva, ou como um fator muito importante. Sentem que não é uma prioridade e que não se encontram muito motivados para escola. O facto de trazerem consigo uma «bagagem» de sentimentos negativos, e de muitas vezes as expetativas face à escola não terem, na sua família de origem, uma importância relevante, faz com que também estas crianças não esperem muito dela, e, por isso não se sintam muito motivadas em estar na escola, e sobretudo em gostar dela (entrevistada 5).

Para além dessa «bagagem», estas crianças e jovens que agora chegam, detêm um conjunto de características muito distintas, com problemáticas cada vez mais complexas, tanto a nível de comportamentos, como de percursos, não podendo, nem devendo, ser avaliadas como um todo, mas de forma muito individual (entrevistada 1). No entanto, e não generalizando as situações, acredita-se que todos estes fatores farão certamente com que estas crianças e jovens não estejam tão «disponíveis» para se focar na escola como fator educativo, talvez mais, e na perspectiva de uma das técnicas da Escola Básica, (entrevistada 4) como um espaço de relações e afetos, de identificação com algo ou com alguém, depois de uma retirada, porventura recente.

Relativamente à questão n.º 2 do mesmo guião: ***“Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados”*** (questão comum a todos os guiões, exceto no guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*) cuja mesma questão se encontra enumerada na posição 3), pode dizer-se que a entrevistada 1 e 2 (estrutura GAAF), respondem um pouco à semelhança uma da outra, no sentido em que a escola tenta que efetivamente haja interesse em algumas áreas. A entrevistada 3 afirma que “há uns que se interessam, outros não, é como tudo”. Já a “4”, diz-nos que às vezes se interessam muito, sobretudo quando são pedidos trabalhos com uma vertente mais prática, “quando começam a perceber que aquela matéria pode ser trabalhada a partir de um outro tipo de expressão, nas quais eles se possam identificar e colocar a sua personalidade e criatividade em ação”.

A entrevistada 5 (estrutura CAR) sente que na generalidade estas crianças e jovens não se interessam muito pelos conteúdos lecionados, referindo também, à semelhança da entrevistada 4 (GAAF), a vertente mais prática, ou seja, sente que “conteúdos mais práticos e cursos de formação que não tenham conteúdos teóricos tão fortes” contribuem um pouco para a sua motivação, afirmando ainda que a forma como o ensino está estruturado, bem como as (poucas) ofertas que existem na cidade fazem com que estes alunos não se interessem muito, pois muitas vezes provêm de zonas do país cujas ofertas são mais variadas e diversificadas, sendo depois difícil que se interessem pela oferta existente na cidade.

Por fim, mas não menos importante é a perspetiva do entrevistado 6 (CAR) face a esta questão, que segue uma linha um pouco diferente das anteriores, referindo aqui o papel dos professores. Afirma assim que “depende muito dos professores, depende muito da motivação, da estratégia pedagógica, depende muito como o professor agarra o aluno”. O entrevistado 6 sente que estas crianças e jovens detêm consigo uma carga adicional muito negativa, levando consigo “uma mochila cheia de problemas que anda sempre consigo”, e sendo essa mochila pesada demais, eles não conseguem estar bem, e por isso refere que o papel do professor é muito importante na medida em que este deve ser «sensível» a essa questão, e se assim o for, conseguirá «chegar a ele» de uma outra forma. Ainda assim, compreende também que numa turma de 20 ou 30 alunos, é difícil, por vezes, chegar às problemáticas todas, no entanto afirma existirem uma “série de estratégias importantes para que estes jovens se sintam motivados pelos conteúdos, mas no fundo é isso... parte muito, muito, muito, do professor”, e é claro “cada miúdo tem o seu sonho, os seus gostos, há miúdos que gostam mais de umas áreas, outros de outras, e depois aí são miúdos como todos os outros”, afirma o interveniente.

De acordo com a 3ª questão do guião *Docente: Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos de uma população escolar cada vez mais heterogénea e diferenciada? Em que medida responde a escola a este desafio? E, em particular, a este público escolar constituído por estes jovens?* (questão exclusivamente apresentada no âmbito deste guião) a entrevistada respondeu que a escola tenta efetivamente ir ao encontro dos interesses dos alunos, mas que não é possível ir ao encontro dos interesses de todos. No entanto fala-nos dos CEF (Cursos de Educação e Formação), uma oferta que a escola dispõe quase todos os anos, e que, de momento, possui uma turma mista, com duas áreas distintas, tendo uma delas seguimento para a escola de Hotelaria e Turismo. “As vertentes são duas, uma de informática, e outra de restauração e bar”. “Há disciplinas que são comuns, que são as disciplinas de formação geral, e depois nestas das áreas específicas, a turma divide-se, e uns trabalham a área do bar e restauração, e outros, a área da informática”.

Há semelhança da questão anterior, surge uma outra, desta feita apresentada como questão nº 3 no guião *Técnicos (Escola)*; e questão nº. 4 no guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR): Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos destes jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?*, sendo que as suas respostas, a nível geral, se centram um pouco na oferta formativa existente, havendo algumas respostas díspares.

A entrevistada 2, pertencente à estrutura do GAAF responde, por exemplo, que, enquanto escola, e de acordo com a oferta formativa de que dispõem, tentam ir ao encontro dos interesses dos alunos, sempre adaptando de forma individual e personalizada. Dá ainda como exemplo um projeto realizado em conjunto com uma professora de 9º ano, cujo objetivo era averiguar os interesses dos alunos. Desse projeto resultou a procura em algumas escolas e serviços existentes, com vista à transmissão de outras visões e perspetivas sobre o seu futuro.

Já a entrevistada 3, (técnica do GAAF) referencia também a oferta formativa existente na escola (CEF – informática, e restauração e bar), e refere que sentiu, por exemplo, que os alunos integrados em restauração e bar, inicialmente estavam muito motivados, participando nas atividades solicitadas, com gosto e entusiasmo, contudo diz-nos também que sentiu uma desmotivação progressiva ao longo do ano, e especialmente no 3º período, cujos miúdos “já nem traziam farda”. No que respeita aos cursos “escolhidos” por eles, menciona ainda a pouca oferta existente...

Ainda no que respeita a esta questão, a entrevistada 4, também técnica da estrutura de apoio ao aluno e à família (GAAF), relata os variadíssimos cursos que a escola já dispôs (serralharia, mecânica...), evidenciando que “quando os alunos são cativados conseguem fazer coisas incríveis”.

Relativamente aos cursos atuais (sobretudo CEF), nomeadamente o de restauração e bar refere o “requinte” e o “brio” dos alunos nas tarefas a que estão sujeitos, desde a preparação, ao simples “arrumar dos copos”, “com todos os detalhes que os professores lhes ensinaram”. “É incrível vê-los quando estão ao serviço”, afirma.

A entrevistada 5 (técnica da CAR), por sua vez, refere as limitações em termos de vagas, muitas delas já preenchidas por jovens das CAR, que se integram sobretudo em cursos PIEF e CEF. No entanto, diz-nos também que existem jovens integrados no ensino regular, por ser, para eles uma benesse.

Relativamente ao entrevistado 6 (CAR), este afirma-nos também a pouca oferta formativa existente, referindo ainda que vários jovens precisariam de um leque mais alargado de ofertas (cursos profissionais, por exemplo) tendo assim que se adaptar àquilo que existe e que é possível. O entrevistado em questão refere também que, a par dessa situação, existem igualmente jovens “que não querem nada”, e “é esse trabalho de motivação que muitas vezes é difícil”, afirma.

ACOMPANHAMENTO E RESPOSTAS

Outra questão exclusivamente apresentada no guião *Docente*, pelo facto de ser muito direccionada às questões escolares foi: ***Que estruturas existem na escola pra acompanhar/dar resposta a estes grupos de jovens e aos seus problemas em particular?***, e cuja resposta se prendeu essencialmente com os técnicos disponíveis na escola, os parceiros com quem a escola contacta, bem como os auxiliares de ação educativa “que ajudam muito, muitos deles até servem quase de psicólogos”, pois estabelecem-se amizades e ligações, refere.

As próximas três questões foram igualmente apresentadas somente neste guião de entrevista (guião *Docente*), sendo elas: ***Como é processado esse acompanhamento? Existem projetos, medidas, ações específicas para o efeito?; Quantos jovens são acompanhados por essas estruturas?; e Qual o balanço do trabalho desenvolvido?***. A par da primeira questão, a entrevistada respondeu que depende muito da oferta existente, do número de alunos e das suas necessidades, no entanto deu como exemplos: os acompanhamentos psicológicos quinzenais

(outros semanais), a parceria com o ITAD (Instituto de Apoio e Desenvolvimento), o contacto direto com as psicólogas e os técnicos das CAR, referindo também que no ano letivo passado tiveram docentes da escola alocados nas CAR para trabalhar com os alunos de lá “tínhamos aqui duas colegas nossas, das áreas das matemáticas e ciências, e da área das línguas, que iam às CAR trabalhar. Nós chamávamos-lhe as professoras CAR, que foram aqui colocadas no nosso agrupamento, mas que foram alocadas nas CAR”. Explica que estavam lá no final do dia para acompanhar o estudo e os trabalhos escolares destes alunos. Fala também do serviço de apoio tutorial, dos Erasmus Europeus, e refere também que este ano conseguiram levar alguns destes alunos a viajar “foram para a Grécia e para Itália. Viajaram em duas mobilidades, com professores aqui da escola, e fizeram intercâmbio com outros alunos de outros países”. Para finalizar conclui que todos os projetos e ações realizadas na escola, são também para estes alunos “portanto eles não são excluídos, até são, muitas vezes, digamos, mais incluídos, porque nós temos uns critérios, e um deles é precisamente as carências emocionais, afetivas e económicas, e damos prioridade a estes alunos, nestas saídas”.

A segunda destas questões prende-se com o número de jovens acompanhados por estas estruturas, e segundo a entrevistada 1 são por volta de 27, próximo dos 30, sensivelmente.

No que respeita ao balanço do trabalho desenvolvido, e portanto à última destas três questões, a mesma entrevistada refere alguma preocupação em termos da assiduidade, no entanto, a nível geral, refere que “a nossa escola tem feito um trabalho muito bom com estes alunos, pelo menos tentamos de tudo o que está ao nosso alcance”. “Se isso é critério avaliativo, penso que por aí temos que ter uma avaliação positiva”.

EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO E RELAÇÃO COM A ESCOLA

A próxima questão, comum a todos os guiões (apenas posicionada de forma diferente - guião *Docente*, 8ª pergunta; guião *Técnicos (Escola)*, 4ª pergunta; guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*, 5ª pergunta, é: ***A escola surge como um dos principais agentes de socialização das crianças e jovens. Na sua opinião, as vivências anteriores, bem como a sua atual experiência de acolhimento detêm algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?***. Sobre esta questão, as respostas foram maioritariamente concordantes, no sentido em que os entrevistados responderam que as vivências anteriores destas crianças e jovens, e a sua atual experiência de acolhimento detêm sim, impacto naquela que é a sua relação com a escola.

A entrevistada 1 afirma que detém impacto, e refere o trabalho assertivo e com “muito cuidado” que deve ser feito por parte da escola. Já a entrevistada 2 concorda que é fundamental a relação que se vai estabelecendo “nós, escola, e na CAR”. Outra das entrevistadas (3) nota, por exemplo, que “na maior parte do tempo estes jovens não demonstram estar sempre a pensar no que de mau lhes aconteceu”, no entanto refere ainda que existem alturas em que se sentem mais “em baixo”, e que aí o seu trabalho passa muito por dar-lhes o apoio que eles necessitam.

A entrevistada 4 acredita ter influência, pois todos eles são crianças e jovens muito diferentes, “existem uns que se adaptam e têm atitudes muito assertivas e têm uma orientação fantástica, e existem outros em que essa adaptação é mais complicada.” “Há alturas em que eles estão muito frustrados, às vezes revoltam-se e têm atitudes menos corretas”, “porque estão realmente alterados”, e isso tem influência. Acredita também que às vezes se sentem pouco apoiados e desmotivados, “porque lá está, a cabeça deles tem outras prioridades, tem outras necessidades que enquanto não estiverem satisfeitas, eles não se podem ocupar de outras coisas, e depois é a adolescência, que para qualquer um, é muito difícil”.

Já a técnica da CAR (entrevistada 5) concorda que tem impacto, “senão todo”, pois a forma como a família lidava com a escola, o facto de valorizar ou não, tem influência na relação destas crianças e jovens com a mesma.

Por fim, o entrevistado 6, afirma que tem toda a influência, na medida em que pais que não tenham na escola um “referencial de desenvolvimento humano”, e transmitam esses valores aos seus filhos, eles próprios “acabam por resistir, acabam por ter uma reação natural inerente a não se motivarem e a não terem esses pais como motivadores deste processo que é tão importante, deste processo formativo e de desenvolvimento de competências, tanto sociais como pessoais, e nesse sentido, sem dúvida, que as vivências anteriores destes miúdos condicionam completamente o gosto, a motivação, e aquilo que eles poderiam sentir pela escola”. No entanto refere também que depende dos casos, pois afirma terem miúdos “que viveram situações traumáticas e que estão a agarrar o sonho, porque perceberam que se calhar é pela escola e com a escola que eles vão conseguir sair do “buraco”, e eu acho que isto também vai muito das capacidades intelectuais de cada jovem”.

Passemos então às questões do insucesso escolar, e a que agora se apresenta (e comum a todos os guiões – guião *Docente*, questão 9; guião *Técnicos (Escola)*, questão 6; e guião *Casa*

de Acolhimento Residencial (CAR), questão 7) baseia-se no seguinte: ***“O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?”*** e obteve respostas concordantes. A entrevistada 1 (GAAF) considera que o insucesso é visível nestas crianças e jovens, no entanto afirma que muitas vezes, o sucesso escolar não passa somente pelas notas, mas pelas pequenas vitórias que o aluno vai conquistando. Dá como exemplo um estudante que não ia à escola, passar a ir todos os dias, ainda que não tivesse “positiva a tudo”.

A entrevistada 2 (GAAF) refere que nestas crianças e jovens tendencialmente existe o insucesso, mas afirma não se poder generalizar “pois seria injusto”. “Porque existem alunos que passaram por um percurso com altos e baixos a nível escolar, mas ficaram integrados, temos alunos que estão na escola de hotelaria ou noutros cursos profissionais e que deram continuidade ao estudo de 12º, que é obrigatório. Temos muitas situações e é de valorizar esse percurso, e em termos de futuros cidadãos é sem dúvida uma mais-valia”.

A entrevistada 3 (GAAF) afirma: “Não só nestes jovens. Às vezes é frequente pensar-se que só por um jovem estar nas CAR vai chumbar, mas nem sempre é assim. Houve miúdos aí bons alunos. E da minha experiência, o que te posso dizer é que uns estudam, outros não, uns têm insucesso, outros não, isto não é tudo igual”.

Já a entrevistada 4 (GAAF) fala aqui um bocadinho sobre as questões de um acompanhamento mais individualizado para estas crianças e jovens, no entanto refere que é muito complicado haver esse acompanhamento diário ou mais de perto. “Há as reuniões, há a chamada de atenção aqui por parte da escola, eu acho que é feito o que é possível, mas acho que é muito redutor”. “Acho que mais a nível individual cada vez será mais possível haver um acompanhamento muito de perto, irem negociando com o aluno, dizerem “olha estás neste ponto”, “podes fazer isto”, “podes fazer aquele trabalho”. Terem eles a iniciativa de dizer ao aluno o que é que eles podem fazer para recuperar quando a “coisa” está a correr mal”. “Temos a sala de estudo aqui na escola, que vai muito a esse encontro, mas esses alunos raramente lá estão, é uma sala onde estão sempre professores naquele horário para ajudar nas necessidades”.

A entrevistada 5 (estrutura CAR) considera igualmente haver insucesso, pela questão das competências não terem sido estimuladas, pela questão do fracasso que acaba por causar desmotivação, o facto de terem ficado retidos, o não haver um currículo que eventualmente esteja adaptado às competências, entre outros fatores, no entanto enfatiza igualmente o facto de não se poder generalizar as situações, e de todas estas questões, muitas vezes serem um ciclo, cuja resiliência tem que ser trabalhada.

O entrevistado 6 (estrutura CAR) considera as questões do insucesso não só visíveis, mas “transparentes”: “Nós quando recebemos o pedido de acolhimento da gestão de vagas da Segurança Social vem informação, e nós vemos logo. Um miúdo com 16 anos que está no 5º ano é claramente visível o insucesso escolar”, identificando essa questão como um problema, como algo que não funcionou com esse jovem.

Refere ainda que é difícil integrar um miúdo com estas características, num ano escolar não correspondente àquela que é a sua idade, com crianças que fazem coisas que um miúdo de 16 por exemplo já não faz, ou já não se identifica, e afirma: “para a escola não é positivo, para a turma não é positivo, para o professor não é positivo, não é positivo para ninguém”...

A próxima questão, também comum a todos os guiões de entrevista (guião *Docente*, pergunta 10; guião *Técnicos (Escola)*, pergunta 7; guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*, pergunta 8, é a seguinte: ***Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?***

Sobre esta questão surgiram várias respostas, no entanto sobre os problemas/dificuldades mais frequentes nestes jovens as opiniões dividiram-se em: desmotivação, questões cognitivas, assiduidade, concentração, pouca disponibilidade emocional, medicação, falta de hábitos e rotinas de estudo, a dificuldade de frequência escolar, o estar na escola e gostar da escola, o facto de lhes ter sido incutido ou não o gosto pela escola, a capacidade de ser criticado, o facto de não estarem habituados a ouvir “não”.

Relativamente às motivações, a entrevistada 4 refere que existem quando estas crianças e jovens sentem que têm valor e que pertencem a algum lugar.

A questão que se segue, também comum a todos os guiões (questão 11, guião *Docente*; questão 8, guião *Técnicos (Escola)*; questão 9, guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*) é: ***Na sua perspetiva, as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento residencial sentem algum tipo de exclusão por parte dos colegas? Se sim, qual considera ser o(os) motivo(s)?*** Sobre esta questão pode dizer-se que todos os técnicos entrevistados por parte da escola não consideram que estes jovens sintam exclusão por parte dos colegas. Referem, no geral, que os restantes (colegas) estão muito habituados a ter estas crianças e jovens na escola, e que muitos deles nem sabem quais estão acolhidos institucionalmente. “As outras crianças que não estão institucionalizadas estão habituíssimas a estes miúdos, portanto da experiência que eu tenho não me parece que os colegas os excluam por estar na

CAR, pelo contrário, não sentimos isso aqui” (entrevistada 3). A entrevistada 4, refere, porém, a questão da medicação, e considera que esse sim, pode ser um fator de exclusão, pois com ela estes jovens aparentam estar um pouco “alheados”. Diz-nos também que pode haver exclusão quando estes jovens têm atitudes menos corretas, mas que, de resto, não sente que essa problemática exista na escola.

No que respeita aos técnicos da CAR, as respostas são divergentes das anteriores, uma vez que ambos os entrevistados referem haver exclusão, e falam aqui um pouco sobre a sociedade em geral, da estigmatização e do rótulo, muitas vezes associado a estes jovens, e que não é positivo (há evidentemente exceções). O entrevistado 6 refere que esta estigmatização é, muitas vezes difícil de desmontar “porque efetivamente eles têm maus comportamentos, não são os únicos, mas têm maus comportamentos”, no entanto, refere ainda que estes jovens acabam por revelar alguns maus comportamentos inerentes àquilo que viveram, mas não deixam de ser adolescentes como todos os outros”. “O que é que eu estou aqui a querer dizer com isto, é que nós temos aqui um bocadinho de tudo o que é a sociedade, portanto estas casas não são mais do que o reflexo também da sociedade, temos casos de sucesso, casos de insucesso, problemas, situações normais, dias bons, dias maus”.

“Estamos a falar de uma população alvo de risco, de uma população alvo que foi mal tratada, que foi negligenciada pela sociedade, pelos pais, pela escola também, de alguma forma, pelos vizinhos, no fundo estes miúdos são umas vítimas e evidentemente que são acolhidos, e a partir desse momento há algum rótulo mas esse rótulo tem vindo a ser desmontado da nossa parte, de acordo com o que nos é possível, juntamente com as outras instituições e com a sociedade civil de uma forma geral, mas de uma forma sim, de uma forma clara, há algum rótulo e não é positivo, porque eles se sentem discriminados, e é preciso ter algum cuidado quando se generaliza, e não é só em relação a isto, mas a tudo”. (Entrevistado 6)

Enfatiza também as questões da adolescência, comuns a todos os jovens, difíceis de gerir em todos os jovens, “a adolescência, às vezes, passa por fases destas, não tem a ver com o acolhimento, tem a ver com a irreverência, o crescimento, a frustração, as dores de crescimento, e muitas vezes os jovens não estão bem e querem outras coisas”. “Evidentemente que a adolescência, acrescida desta problemática torna-se, muitas vezes, um problema maior, mas não deixa de ser um reflexo da própria adolescência”.

DESAFIOS DA ESCOLA E DAS CASAS DE ACOLHIMENTO

No seguimento da questão anterior, surge uma outra, desta feita, dedicada aos técnicos da escola: *Se respondeu sim nas questões anteriores, que medidas toma a escola a fim de incluir estas crianças e jovens?* ; e aos técnicos da CAR: *Se sim, em que medida a escola é importante para colmatar essa situação? E a casa de acolhimento? Como trabalha essa questão (exclusão)?*

Relativamente às respostas obtidas por parte da escola, pode afirmar-se que a entrevistada 1 refere “fazer tudo a nível de medidas”. “Tentamos, por exemplo, perceber se o problema é só cognitivo, ou emocional, ou se são as duas em concomitância para poder chegar ao aluno da forma que ele precisa, ou seja, não temos uma “receita” e damos a mesma receita a todos os meninos das CAR”.

Refere ser um trabalho muito individualizado, no qual tentam perceber a situação familiar, escolar e pessoal de cada criança ou jovem, muito em parceria com as casas de acolhimento, na pessoa dos técnicos, e do próprio encarregado de educação.

A entrevistada 2 afirma que a escola “tenta tudo para incluí-los”, desde o facto de participarem em todas as atividades, e até de ajudarem na sua dinamização. A entrevistada 3, por sua vez, afirma que a escola tenta inseri-los da melhor forma, e procura mostrar que todos os alunos são iguais. A entrevistada 4 enfatiza a ideia das sessões promovidas pela escola para abordar determinados assuntos e temas importantes, e diz ainda que muitas vezes trazem à escola convidados que, através da rádio, e dos audiovisuais, transmitem aos jovens informações importantes sobre várias temáticas.

No que respeita às opiniões dos representantes da CAR, pode dizer-se serem muito à base do diálogo, da partilha de informação para com a sociedade civil, tudo no intuito de sensibilizar, dar a conhecer, explicar quem são estes jovens, o que é a problemática do acolhimento, dos jovens em risco, convidando outras instituições para “os conhecer”, desmontando e desconstruindo perspetivas.

PARCERIA ESCOLA – CASA DE ACOLHIMENTO

A próxima questão remete-nos para a importância dos parceiros, das equipas multidisciplinares que articulam, em cooperação, para responder da melhor forma, às necessidades destes jovens. Também comum a todos os guiões, esta questão aparece descrita no guião *Docente*, na posição 13^o; no guião *Técnicos (Escola)*, na 9^a posição; e no guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*, na 11^a posição, sendo ela: *Na sua perspetiva, em que*

medida as casas de acolhimento e as escolas articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?

Nesta questão todas as respostas foram concordantes, no sentido em que todos os intervenientes consideram esta parceria de elevada importância. A entrevistada 4 refere até que poderia ser mais estreita ainda, no entanto tem “noção que são demasiados jovens para haver esse acompanhamento”.

“Esta parceria é fundamental para o processo destes miúdos. E para o sucesso escolar se concretizar tem que haver uma parceria efetiva e de proximidade, sem dúvida que é fundamental. E articulamos sempre que conseguimos e todos os dias. Isto é uma articulação diária entre o encarregado de educação destes jovens”.

(Entrevistado 6)

A questão que se segue: ***Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?*** é também comum a todos os guiões (guião *Docente*, 14^a questão, guião *Técnicos (Escola)*, 5^a questão; guião *Casa de Acolhimento Residencial (CAR)*, 6^a questão), sendo as suas respostas igualmente concordantes, no sentido em que todos os entrevistados consideram a escola como importante na formação futura destes jovens, a vários níveis.

A nível geral os intervenientes falam aqui um bocadinho da importância do acompanhamento, da oferta de formação dirigida às suas necessidades, na avaliação e na perceção da melhor forma de apoio, da motivação, e da forma como a escola pode ser uma facilitadora no encaminhamento de atividades promovidas na cidade “vamos-lhe lançando pequenas sementes, para ver qual delas poderá germinar” (entrevistada 4). “Nós valorizamos imenso que os jovens tenham experiências exteriores, porque é muito normal que eles tenham relações entre eles (...) valorizamos o voluntariado, o contato com a comunidade, e isso é fantástico para a formação deles enquanto cidadãos” (entrevistada 5).

Nesta linha, o entrevistado 6 afirma ainda: “a escola pode ajudá-los muito. Há um ditado Africano que eu gosto muito, e que acho que caracteriza muito bem o que estamos a falar, que é: “não basta um professor nem uma escola para educar uma criança, é preciso uma aldeia inteira”, isto para dizer que todos (sociedade civil) são muito importantes para a vida destas crianças e jovens, desde o professor de ténis, ao polícia que os ajudou na rua, e muitas vezes as pessoas nem se apercebem da importância que têm para estes miúdos, mas são fundamentais, são os chamados “adultos de referência”, “e todos eles procuram nalguns

momentos, adultos de referência, pessoas que os ajudem efetivamente”, portanto “a escola, é fundamental, é através dela que estes miúdos materializam um bocadinho dos sonhos, e nesse sentido, é uma das ferramentas fundamentais que nós temos, mas não é a única e não chega”.

Uma das últimas questões prende-se agora com a importância dos professores e dos técnicos para a motivação escolar destas crianças e jovens, sendo a primeira questão somente dirigida à docente do GAAF, e a restante, a todos os técnicos entrevistados. Assim: ***Qual o papel dos professores na motivação escolar destas crianças e jovens? ; e, O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?***

Assim sendo, e no seguimento do referido na primeira pergunta, a entrevistada 1 alega que é de facto muito importante “nós podemos fazer toda a diferença, ou diferença nenhuma”. Explica que muitas vezes os professores conversam entre si para tentar perceber qual o que tem mais afinidade com aquela criança ou jovem, para que possa ser ele a fazer o papel de professor tutor, e, com mais facilidade, “chegar à criança” da forma que ela mais precisa, acompanhando e motivando. No entanto refere também que há muitas outras variáveis que não controlam:

“Nós tentamos controlar a nossa, que é a parte de oferecer ao aluno o bem-estar nesta escola, o sentir-se acolhido, o querer vir, porque já é muito importante o aluno querer vir, e depois a partir daí trabalha-se a parte emocional, afetiva, e só depois vem a parte cognitiva, porque estes alunos primeiro precisam de trabalhar muito toda essa parte, essa carga emocional de inclusão, de acarinamento, porque são alunos que vêm muito mal tratados pela vida, digamos assim. Só depois de fazer todo esse percurso é que depois se pode chegar à parte cognitiva e académica, porque sem esta parte emotiva e humana trabalhada, a outra lhe garante que não chega”.

(Entrevistada 1)

No que respeita à segunda questão, direcionada aos técnicos, pode afirmar-se que, no geral, todos eles consideram importante o seu papel na motivação escolar dos jovens.

A entrevistada 3 afirma que passa bastante tempo com os jovens, e, por esse motivo consegue, com facilidade, perceber sempre que estes se encontram “mais em baixo”.

Na mesma linha, a entrevistada 4, afirma: “nós temos sempre noção do estado emocional em que eles estão, se estão isolados, se estão revoltados, se estão a prejudicar alguém, e vamos tentando mediar isso”, “porque a palavra certa na altura certa fá-los refletir, fá-los sentir apoiados”. Temos aqui as psicólogas que fazem um ótimo trabalho com eles, temos a nossa assistente social, os diretores de turma, e portanto, de forma geral eles têm sempre aqui uma equipa grande pronta a ajudar e intervir, os funcionários também”...

Termino a resposta a esta questão, com a afirmação do entrevistado 6, que nos diz que a sensibilização deve ser feita “todos os dias um bocadinho, até que estes jovens comecem a perceber que a escola é importante para a vida deles, para o sucesso, para os projetos que possam ter, para a concretização dos seus sonhos, e, nesse sentido, todos os técnicos sabem da importância da escola para os miúdos e essa sensibilização existe, portanto, sem dúvida, que o papel dos técnicos é muito importante na motivação escolar destes jovens”.

Por fim, a última questão apresentada a todos os guiões (exceto no guião *Docente*) é: ***Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?***

Nesta questão, a entrevistada 2 refere que a escola dá resposta até ao 9º ano de escolaridade, e que depois tentam sempre encaminhá-los, ou para cursos profissionais, ou para o regular de 12º ano.

A entrevistada 3, por sua vez, refere que estes alunos lhes dizem com frequência que “querem trabalhar”.

A entrevistada 4 afirma, em linhas gerais, que estes jovens procuram, na sua grande maioria, cursos profissionais, e aqueles que atingem a sua maioridade e detêm um baixo nível de escolaridade, “geralmente são aqueles que vão parar às fábricas e geralmente até são muito bons trabalhadores, mas também são aqueles alunos que eram espetaculares a escrever letras de músicas, a cantá-las, eram espetaculares a fazer malabarismo e performance, só que aqui não havia continuidade para isso”, evidenciando aqui novamente a questão da pouca oferta formativa existente na zona.

Já a entrevistada 5 refere que tentam sempre que o projeto de vida destes jovens passe pela escola e pela formação, no entanto afirma: “O projeto de vida não tem só a ver com a questão escolar, tem a ver também com o se se autonomizam, se há uma reintegração familiar, o sítio do país para onde vão, e tudo isto vai influenciar”.

Por fim, o entrevistado 6 remete-nos aqui para a necessidade de uma alteração do paradigma existente, defendendo o ensino mais profissionalizante, “porque quem quiser uma via mais académica tem essa possibilidade”.

“Aqui penso que a legislação podia alterar-se e os miúdos a partir dos 16 anos, já poderiam optar pela via profissional, em vez de pela via académica, obrigatória até aos 18 anos”. “Eu acho que havendo uma justificação para salvaguardar algumas situações, e para não perdemos tempo, porque às tantas estamos aqui a “obriga-los” a fazer uma coisa que eles não vão fazer e que não querem fazer, e andamos sistematicamente aqui a “zangarmo-nos” com eles, e eles a zangarem-se com o sistema todo, e assim passa o tempo”. “Havia aqui que alterar alguma coisa. Os miúdos vão à escola e “portam-se

mal, não gostam, não querem, não têm capacidade de aprendizagem para aquele nível, naquele modelo, e naquele conceito, mas se lhe conseguirmos transmitir conhecimentos através do “faço e aprendo”, provavelmente o jovem irá ter sucesso”. “Eu percebo a intenção da escolaridade obrigatória, mas não é adequada a todos”.

9.2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que respeita às entrevistas realizadas no âmbito deste estudo pode afirmar-se que os entrevistados, a nível geral, responderam todos dentro da mesma linha de raciocínio, com pontos de vista divergentes em algumas questões, mas sempre apresentando aspetos importantes em cada uma delas, aspetos esses que valorizaram imenso este estudo, e o tornaram mais rico.

No início desta investigação propôs-se como questão de partida: ***“Como é que as crianças e jovens em acolhimento residencial encaram a escola na perspetiva da sua formação pessoal, e qual a importância que lhe atribuem para a construção dos seus projetos de vida e integração na sociedade?”***. O seu objetivo era efetivamente obter, por parte de algumas crianças e jovens, a sua opinião a respeito da escola, tentando perceber como a encaravam, o que esperavam dela, se a oferta formativa ia ou não ao encontro das suas necessidades, quais eram os principais problemas que sentiam em relação à escola, as suas motivações, a relação com os colegas e com os professores, entre outras questões que se propunham responder de uma forma clara e exequível dentro daquilo a que me propus. No entanto, e por dificuldade de resposta a esse nível, não me foi possível, apesar da insistência, entrevistar nenhum jovem nesse sentido, ainda que estivesse explanado, desde o início, e havendo, para esse efeito, um guião de entrevista redigido e preparado, destinado a alunos em situação de acolhimento residencial.

Ainda assim, e alterando um pouco a perspetiva na qual me centrarei (perspetiva institucional) tentarei, efetivamente, responder o melhor possível aos objetivos geral e específicos, propostos no âmbito da mesma investigação, desta feita, apenas e só com os contributos de alguns elementos da equipa técnica do GAAF, da Escola Básica José Régio, e de uma das Casas de Acolhimento Residencial, da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre.

Como objetivo geral procuraria ***perceber como era processada a dimensão educativa destas crianças e jovens, em prol da sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, partindo estas de contextos familiares e vivências difíceis.*** Sobre esta questão, e após analisar todos os dados recolhidos, pude constatar que, para muitos destes jovens, a escola acaba por ser um problema, na forma como é por eles encarada. No caso da Instituição aqui abordada, sabe-se que estes jovens não têm, ao contrário do que se passa em algumas delas, aulas no interior da mesma. Esta CASA recorre, portanto, às escolas existentes na comunidade para integrar estas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, integrando estas os cursos existentes naquelas para onde vão, de acordo com as vagas existentes, o ano de escolaridade em que se encontram, e as ofertas que existem.

Logo, apresentam-se, à partida, vários problemas: a pouca oferta formativa existente nas escolas da cidade, as limitações em termos de cursos existentes, muitas vezes não coincidentes dos que dispunham noutro sítio do país de onde eram provenientes, as vagas disponíveis, a pouca disponibilidade que muitas vezes sentem em relação à escola, baseada num passado (recente) de violência, maus tratos, agressões, abusos. Um passado de gritos, de pais que não encaravam a escola como um fator positivo, e de crianças e jovens que emocionalmente não estão disponíveis para ouvir lições de Português ou Matemática. Um presente de desmotivação, desinteresse, de crianças e jovens sinalizados pela questão do insucesso, que integram anos de escolaridade bastante inferiores àquela que é, actualmente a sua idade. De crianças e jovens desfasadas da sua área de residência, da sua família de origem, integradas numa cidade diferente, numa escola diferente, com pessoas diferentes, num ano de escolaridade diferente, num curso diferente, que muitas vezes não gostam, não querem, e por isso faltam, falham e desmotivam-se novamente, constante e sistematicamente.

É este, no fundo, o resumo que faço de toda esta análise de dados recolhidos, apesar de a escola estar disponível, da casa de acolhimento estar disponível, depois de ambas fazerem tudo o que está ao seu alcance para darem a estas crianças e jovens, a formação e educação que elas merecem, dentro dos recursos que existem, dentro daquilo que lhes é possível.

Sabe-se, e já foi dito que o passado tem influência na relação com a escola, tanto pela questão emocional, como pelo facto de as «suas cabeças» não estarem, naquele momento, disponíveis para a escola e para os compromissos inerentes a esta, por terem outras necessidades, outras prioridades que não estão satisfeitas, de acordo com aquilo que presenciaram, assistiram, vivenciaram; tanto pelo facto de não ter sido, muitas vezes,

valorizada pela sua família de origem, e de esses valores terem sido transmitidos àquela criança ou jovem; e também, de acordo com as capacidades intelectuais de cada um, que lhes permite ou não perceber a importância da escola e do desenvolvimento das suas competências.

Sabe-se igualmente que a escola é importante, porque lhes pode dar um futuro, porque representa a construção de uma identidade, porque lhes transmite ferramentas não só educativas, mas sociais, humanas, ferramentas essas fulcrais e essenciais à sua vida quotidiana, a vários níveis e em vários aspetos. Contribui para a sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, e tenta, ano após ano (de acordo com a perspetiva que tenho das técnicas entrevistadas) chegar aos interesses e aos gostos do maior número possível de jovens, sendo efetivamente difícil chegar a todos. A escola em questão dispõe já de programas flexíveis, que permitem outro tipo de adaptação, como os CEF ou os PIEF, sendo muitos destes jovens encaminhados para este tipo de oferta vocacional (evidentemente que existem exceções).

Para além disso, a escola dispõe também de uma equipa pronta a ajudar e intervir, de um conjunto de parceiros que acompanham e ajudam na intervenção com estes jovens, e de um conjunto de medidas, projetos e ações que procuram, igualmente, responder àquelas que são as suas necessidades: acompanhamentos psicológicos quinzenais, parcerias, docentes alocados, serviços de apoio tutorial, Erasmus Europeus, intercâmbios, entre outras medidas e estratégias não abordadas no contexto deste estudo, mas referidas em contexto de entrevista, sempre no sentido de motivar, de criar responsabilidades, de gostar de estar na escola, e permanecer nela, a bem do seu futuro, a bem do sucesso, das pequenas vitórias e conquistas, a bem dos pequenos passos que caminham para o sucesso, contrariando aquela que foi a tendência anterior.

Assim sendo, e no seguimento de tudo o que já foi referido posso dizer já ter respondido, em certa medida, a dois daqueles que eram os meus objetivos específicos: Objetivo 1 - Perceber em que medida a escola responde aos desafios de uma população cada vez mais diferenciada/heterogénea; Objetivo 4- Perceber em que medida a experiência institucional e as vivências anteriores detêm impacto na educação escolar destas crianças e jovens.

Outro dos objetivos pretendidos no âmbito deste estudo era perceber em que medida a escola era inclusiva, sobretudo para crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento Português, sendo que há pouco referenciei as medidas, projetos e ações realizados pela escola a fim de incluir estes jovens, e por aí poderemos também obter uma perceção de todo o trabalho realizado por parte da escola, a fim de responder às necessidades destes jovens.

A escola é inclusiva, na medida em que dinamiza atividades para, e com os jovens, indo ao encontro daquilo que são os seus gostos e interesses (torneio de basquetebol, futsal, grupo de dança, entre outras atividades – entrevistada 3). É inclusiva quando detém um conjunto de programas flexíveis, e adaptados às necessidades e capacidades de cada jovem, é inclusiva quando integra os alunos em todas as turmas, independentemente se são melhores ou piores alunos, é inclusiva quando aceita as limitações, quando percebe, quando entende, quando «tem noção» do estado emocional, quando motiva, quando acredita. Quando promove ações de sensibilização para prevenir comportamentos de risco, é inclusiva quando valoriza pequenas conquistas, como pequenos passos para o sucesso. É inclusiva quando insiste e não permite que se desista.

O próximo objetivo específico desta investigação era perceber como geria a escola situações de exclusão, e apesar de todos os entrevistados por parte da mesma não considerarem haver exclusão por parte dos colegas, e de acordo com todas as entrevistas realizadas, penso que a escola gere situações de exclusão quando elabora as medidas e ações enumeradas em parágrafos anteriores, quando faz a mediação de conflitos, sempre que existam, assentando e promovendo a responsabilidade, a assertividade, quando promove ações de sensibilização e informação, preventoras de comportamentos de risco, quando trata por igual, e como igual estes jovens.

Por fim, mas não menos importante, em que medida casa de acolhimento e escola se articulam entre si, num processo de cooperação, para integração destes jovens, e sobre esta questão verifiquei que todos os intervenientes consideram esta articulação essencial. A casa de acolhimento deve, por exemplo, dar a conhecer alguns detalhes sobre o processo do jovem, por forma a que a escola compreenda a problemática subjacente, e consiga, chegar mais facilmente às necessidades do jovem. A escola, por seu turno, deve dar a conhecer à CAR sempre que o aluno tenha algum sucesso ou retrocesso, sempre que falta, sempre que acontece alguma situação que envolva aquele jovem, sempre que o mesmo não se encontre bem. Ambas devem trabalhar em parceria, e a mesma é feita entre a escola, e entre os técnicos da

CAR, sobretudo na pessoa do encarregado de educação destes jovens, que, frequentemente se desloca à escola, ou que mantém um contacto regular com professores e técnicos da mesma. Esta parceria é fundamental à boa integração, acompanhamento e sucesso do jovem aluno acolhido.

CAPÍTULO X- CONCLUSÕES

O intuito desta dissertação procurava, em primeira instância, perceber como era processada a dimensão educativa das crianças e jovens em risco, em prol da sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, partindo estas de contextos familiares e vivências muito difíceis. Sabe-se, no entanto, que a sua relação com a escola e com tudo o que ela representa, a nível geral, não é de todo a mais facilitada, podendo esta afirmação ir ao encontro do enquadramento teórico explanado neste estudo.

Estas crianças e jovens, apesar de estarem inseridos numa escola fora da CASA onde habitam, não sentem, na maior parte das vezes, interesse por ela, nem pelos conteúdos que apresenta, sentindo sim uma profunda desmotivação, causada por vários motivos: oferta vocacional diminuta, nem sempre coincidente com as que dispunham na sua antiga zona de residência; as vagas indisponíveis em determinados cursos; a pouca disponibilidade emocional de que dispõem; o insucesso escolar; e o facto de frequentarem anos de escolaridade inferiores àquela que é a sua idade, e por isso, todos estes fatores contribuem, em larga escala, para o desinteresse, para a pouca motivação, para as faltas sucessivas, para o insucesso...

Sabemos igualmente que a escola é cada vez mais um espaço heterogéneo, onde existem crianças e jovens muito distintos, com problemáticas muito distintas, e divergentes daquelas que existiam há uns anos, devendo haver, sempre que possível um acompanhamento personalizado e individualizado. A escola em questão procura fazer exatamente isso, tentando, ano após ano colmatar estes e outros problemas dirigidos à sua comunidade escolar.

Pelas entrevistas realizadas foi possível perceber a panóplia de iniciativas organizadas por parte da mesma, com vista ao combate do insucesso e do abandono precoce do meio escolar, tornando estes e outros alunos como agentes ativos desse processo de aprendizagem e de transmissão de ferramentas. Para além disso, e o facto de ser uma escola TEIP, detém um tipo de oferta mais abrangente e integradora, uma vez que através dos cursos CEF e PIEF conseguem integrar, com mais facilidade, alunos cuja desmotivação, insucesso e desfasamento etário do seu ano de escolaridade atual se revelam exacerbados.

Assim, esta escola acompanha, organiza e planeia atividades inclusivas, detendo vários elementos que, em conjunto, se articulam para melhor dar resposta a estes (e outros) jovens e às suas necessidades, não considerando as entrevistadas haver qualquer tipo de exclusão para com estes alunos.

Sabe-se sim, que as suas vivências anteriores detêm impacto naquela que é a sua relação com a escola, no entanto esta procura o mais possível incluir, integrar e motivar estes alunos, com vista ao seu sucesso escolar, que, como vimos, não depende apenas da avaliação curricular, mas das pequenas vitórias e conquistas que estes jovens vão ultrapassando. Para tal, o apoio dos professores é fundamental, o apoio do pessoal não docente é fundamental, o apoio dos elementos da equipa técnica são fundamentais, o apoio da sociedade é fundamental. Todos estes agentes são fundamentais à vida destas crianças e jovens que, desprovidas do seu meio familiar, se vêm agora integradas numa nova realidade, algumas delas sem retorno.

É também desta sensibilidade que as parcerias são feitas, pois só a articulação entre as várias entidades, neste caso específico, escola e casa de acolhimento, permitem a partilha de informações o mais realistas possíveis sobre a evolução da criança ou jovem, nos vários momentos do seu dia...

Ainda sobre as questões escolares posso referir também a preocupação transmitida por parte dos elementos da escola sobre as questões do desfasamento etário dos jovens, que chegam cada vez mais tardiamente, com situações de abandono escolar de vários anos, que depois têm que ser integradas e enquadradas em alguma resposta, quando nem sempre a existente, é a mais adequada. Revelam que muitas vezes estas crianças e jovens vêm sinalizadas com insucesso escolar repetido, sendo que a questão que aqui se coloca é: o que falhou com este jovem? Pois, na maior parte das vezes o insucesso continua, as faltas continuam, o desinteresse continua, e efetivamente esta criança ou jovem mantém este impasse na sua vida.

No que respeita às questões relacionadas com a casa de acolhimento, pode afirmar-se que, também esta, faz tudo o que está ao seu alcance para incluir estas crianças e jovens na escola, nas atividades promovidas pela cidade, e na sociedade em geral, realizando, a par da anterior, ações de sensibilização que permitam dar a conhecer a outras instituições e à população em geral, quem são estas crianças e jovens, procurando desmistificar um pouco aquela que muitas vezes é a sua conceção acerca destes jovens que, a par das vivências

difíceis que lhes estão subjacentes, se encontram a passar, assim como muitos outros, a fase “conturbada” da adolescência.

Revelam igualmente preocupações no que diz respeito às (poucas) ofertas vocacionais existentes, nomeadamente na necessidade de se criar um tipo de ensino mais profissionalizado para estas crianças e jovens, que, muitas vezes não se identificam com a perspetiva mais académica.

Esta perspetiva assentaria então numa mudança de paradigma que seria investir em ofertas onde estes jovens pudessem aprender alguma tarefa ou alguma profissão antes mesmo de completar os 18 anos de escolaridade obrigatória. Explicam que era importante haver uma alteração de paradigma na formação, que concebesse a estes jovens, em situações fundamentadas e justificadas, um caminho de aprendizagem a uma profissão, que os dotaria, ao mesmo tempo, de uma capacidade muito importante de ser trabalhada: a autonomia.

Os entrevistados no âmbito da casa de acolhimento acreditariam que uma oferta mais profissionalizante poderia contribuir para a melhoria do seu sucesso, não só escolar, como profissional.

Desta forma, e após tudo o que foi referido, e que sintetiza em larga escala aquilo que foi este trabalho de investigação, pode dizer-se que os objetivos iniciais foram cumpridos, na medida em que a realização destas entrevistas foi essencial à compreensão das questões que nos propusemos conhecer. Cada uma delas permitiu uma «abertura» muito grande ao diálogo, possibilitado uma riqueza de informação não somente baseada nas perguntas constantes no guião.

Todas as respostas, opiniões, preocupações me fizeram perceber que cada uma delas - escola e casa de acolhimento faz, à sua maneira, um bom trabalho com estes jovens, existindo, porém, muitas vertentes de intervenção a serem trabalhadas por ambas; no entanto, e na maior parte das vezes, não dependentes apenas e só da sua vontade. Ainda assim podemos concluir que, apesar de existirem ainda algumas lacunas, estas crianças e jovens continuarão a ser protegidas e acolhidas, e que daqui em diante, através da continuidade de ações de sensibilização existentes nas escolas e na comunidade, haverá cada vez menos exclusão e rotulação. Haverá cada vez mais técnicos, mais pessoas informadas que, trabalhando e lutando todos os dias, farão o possível para que os projetos de vida destas crianças e de outras com percursos escolares similares, possam ser melhores, de acordo com as expectativas que vão

construindo ao longo dos seus percursos de vida, sendo esta uma das esperanças que mantenho.

Termino a presente dissertação com uma frase de Gilberto dos Reis:

“Ser criança é acreditar que tudo é possível. É ser inesquecivelmente feliz com muito pouco. É tornar-se gigante diante de gigantescos pequenos obstáculos. Ser criança é fazer amigos antes de saber o nome deles. É conseguir perdoar muito mais fácil do que brigar. Ser criança é ter o dia mais feliz da vida, todos os dias. Ser criança é o que a gente nunca deveria deixar de ser”. (Gilberto dos Reis)

BIBLIOGRAFIA

- Agrupamento de Escolas José Régio. (2019). Acedido a 01 de Outubro de 2019 em <http://www.aejr.pt/>
- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares – Uma visão Sistémica*. Coimbra: Quarteto
- Alves, J. E. (s/d). Conceptualização do processo de investigação. Estratégias, modelos e instrumentos de investigação. ESSECS-IPP, Departamento de Ciências Sociais, Território e Desenvolvimento. Power Point.
- Amado, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). *A escola e a educação dos jovens institucionalizados*. Ministério da Educação. Lisboa
- Caio, E. A. B. (2014). *Inclusão Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizados – Um desafio entre o ideal e o Real*. Mestrado em Intervenção Social Escolar – Especialização em Crianças e Jovens em risco, Instituto Politécnico de Castelo Branco. Acedido a 13 de Agosto de 2018 em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2451/1/elisabete%20caio%20final%20capa.pdf>
- Cansado, T. I. P.A. (2014). *A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora. Acedido a 13 de Agosto de 2018 em <http://hdl.handle.net/10174/13047>
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian. Acedido a 13 de Agosto de 2018 em <http://makebraga.pt/wp-content/uploads/2017/03/CARVALHO-MJL-Acolhimento-2013.pdf>
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública*. *Ciência e Saúde Coletiva*, II(Sup): 1163-1178, 2007. Acedido a 13 Agosto de 2018 em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf>

Dayrell, J. (2007). A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Acedido a 10 de Janeiro de 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>

Decreto-Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República. Acedido a 01 de Junho de 2018, em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis&so_mio=lo=

Decreto-Lei n.º 26/2018, de 05 de Julho. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República. Acedido a 08 de Janeiro de 2019 em: <https://dre.pt/home/-/dre/115643971/details/maximized>

Dos Santos, M. A. M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco- a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especializada em Desenvolvimento Social, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Acedido a 08 de Janeiro de 2019 em: <http://hdl.handle.net/10316/15593>

Freitas, M. R. L. (2017). *O Percurso Escolar das Crianças Institucionalizadas na CIJE – Castelo Branco- Um Estudo de Caso*. Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior de Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Acedido a 10 de Janeiro de 2018 em <http://hdl.handle.net/10400.11/5568>

Instituto da Segurança Social, IP. (s/d). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa. Acedido a 13 de Janeiro de 2018 em http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8

Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. (4ª edição). Coimbra: Quarteto.

Miguel, R. R., Rijo, D., & Lima, L. N. (2012). Fatores de risco para o Insucesso Escolar: A Relevância das Variáveis Psicológicas e Comportamentais do Aluno. *Revista portuguesa de pedagogia*, ano 46-(I), 2012, 127-143. Acedido a 23 de Janeiro de 2019 em <http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1787/1135>

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e Institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*; 20 (3): 367-377, 2008. Acedido a 13 de Agosto de 2018 em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/07.pdf>

Oliveira, M. V. (2015). *O sucesso escolar em instituições de acolhimento para crianças e jovens em risco*. Dissertação de Mestrado da Escola Superior de educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Acedido a 13 de Agosto de 2018, em <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1830/1/Tese%20Marta%20Oliveira1.pdf>

Portal do CNPDPCJ. (s/d). *Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens*. Conceito de Risco/Perigo. Acedido a 11 de Janeiro de 2018 em <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?13.02>

Projeto Educativo Agrupamento de Escolas José Régio TEIP 3. (2018/2021). Acedido a 01 de Outubro de 2019 em http://www.aejr.pt/wp-content/uploads/2019/04/ProjetoTEIP_3_2018_2021_Versao_12_09_18_VF.pdf

Regulamento de constituição e funcionamento de turmas com Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) Ano letivo 2018/2019. Direção Geral da Educação. (2018/2019). Acedido a 01 de Outubro de 2019 em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PIEF/pief_net.pdf

Relvas, A.P. (1996). *O Ciclo Vital da Família*. Porto. Afrontamento

Roazzi, A., & Almeida, L. S. (1988). Insucesso Escolar: Insucesso do Aluno ou Insucesso do Sistema Escolar? *Revista portuguesa de educação*, 1988, 1(2), 53-60. Acedido a 23 de Janeiro de 2019, em <http://hdl.handle.net/1822/3326>

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). A pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 09, 1999, p. 63-101. Porto. Acedido a 08 de Janeiro de 2019 em <https://hdl.handle.net/10216/8578>

Sanches, I. (2011). Do 'aprender para fazer' ao 'aprender fazendo': as práticas de Educação inclusiva na escola. *Revista Lusófona de Educação*, (S.I), v.19, 2011, 135-156. Acedido a 08 de Janeiro de 2019 em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2846>

Santa Casa da Misericórdia de Portalegre. (2019). Acedido em 01 de Outubro de 2019 em <https://www.scmportalegre.pt/>

Santos, A. S. C. S. (2009). *(In)sucesso escolar de crianças e jovens institucionalizadas*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Acedido a 13 de Agosto de 2018 em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2997/1/%28In%29sucesso%20escolar%20de%20crian%C3%A7as%20e%20jovens%20institucionalizadas.pdf>

Tomé, T. S. S. (2015). *Jovens em Acolhimento Residencial: o efeito da Auto-Representação no Sucesso Escolar*. Dissertação de Mestrado da Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Acedido a 23 de Janeiro de 2019 em <http://hdl.handle.net/10071/10383>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INVESTIGAÇÃO DE MESTRADO

Temática: *“A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial”*

Mestranda: Ana Raquel Martins Miranda

Orientador: Professor Doutor João Emílio Alves

Enquanto aluna do curso de Mestrado de Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, lecionado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Portalegre, pretendo desenvolver um estudo sobre *“A situação escolar das crianças e jovens em acolhimento residencial”*.

O seu objetivo primordial passa por perceber como é processada a dimensão educativa destas crianças e jovens, em prol da sua formação como cidadãos ativos e responsáveis, partindo estas (crianças e jovens) de contextos familiares e vivências difíceis.

Por forma a assegurar o rigor dos dados recolhidos, seria desejável a gravação áudio desta entrevista, pelo que solicito a sua colaboração, imprescindível à realização deste estudo, afirmando desde já que toda e qualquer informação disponibilizada no contexto desta entrevista será totalmente anónima e apenas utilizada para fins académicos.

Ana Miranda

Guião de entrevista nº1

Docente

Sendo a escola um contexto fundamental ao desenvolvimento dos jovens em vários domínios, e associada à ideia de preparação para a vida quotidiana, a escola desempenha uma função social importante para todos, incluindo para as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento Português.

Casa de acolhimento residencial e escola passam a ser as suas principais entidades de socialização, de transmissão de valores, normas, regras e competências, tornando-se imprescindível a realização de estudos que incidam numa melhor compreensão acerca desta problemática.

A presente investigação centra-se assim no estudo da situação escolar das crianças e jovens do 3º ciclo do ensino básico, protegidas pela medida de acolhimento residencial.

Sentimentos e perceções sobre a experiência escolar

1. Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola?
2. Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
3. Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos de uma população escolar cada vez mais heterogénea e diferenciada? Em que medida responde a escola a este desafio? E, em particular, a este público escolar constituído por estes jovens?

Acompanhamento e respostas

4. Que estruturas existem na escola pra acompanhar/dar resposta a estes grupos de jovens e aos seus problemas em particular?
5. Como é processado esse acompanhamento? Existem projetos, medidas, ações específicas para o efeito?
6. Quantos jovens são acompanhados por essas estruturas?
7. Qual o balanço do trabalho desenvolvido?

Experiência de acolhimento e relação com a escola

8. A escola surge como um dos principais agentes de socialização das crianças e jovens. Na sua opinião, as vivências anteriores, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
9. O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens com estas características?
10. Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
11. Na sua perspetiva, as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento residencial sentem algum tipo de exclusão por parte dos colegas? Se sim, qual considera ser o (os) motivo (s)?

Desafios da escola e das casas de acolhimento

12. Se respondeu que sim nas questões anteriores, que medidas toma a escola a fim de incluir estas crianças e jovens?
13. Na sua perspetiva, em que medida as casas de acolhimento e as escolas articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
14. Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
15. Qual o papel dos professores na motivação escolar destas crianças e jovens?

Obrigada pela sua colaboração!

Guião de entrevista nº2

Técnicos (Escola)

Sendo a escola um contexto fundamental ao desenvolvimento dos jovens em vários domínios, e associada à ideia de preparação para a vida quotidiana, a escola desempenha uma função social importante para todos, incluindo para as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento Português.

Casa de acolhimento residencial e escola passam a ser as suas principais entidades de socialização, de transmissão de valores, normas, regras e competências, tornando-se imprescindível a realização de estudos que incidam numa melhor compreensão acerca desta problemática.

A presente investigação centra-se assim no estudo da situação escolar das crianças e jovens do 3º ciclo do ensino básico, protegidas pela medida de acolhimento residencial.

Experiência escolar

1. Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
2. Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
3. Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos destes jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?

Experiência de acolhimento e relação com a escola

4. Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
5. Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?

6. O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?
7. Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
8. As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?

Parceria escola – casa de acolhimento

9. Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
10. O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
11. Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Obrigada pela sua colaboração!

Guião de entrevista nº3

Alunos

Sendo a escola um contexto fundamental ao desenvolvimento dos jovens em vários domínios, e associada à ideia de preparação para a vida quotidiana, a escola desempenha uma função social importante para todos, incluindo para as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento Português.

Casa de acolhimento residencial e escola passam a ser as suas principais entidades de socialização, de transmissão de valores, normas, regras e competências, tornando-se imprescindível a realização de estudos que incidam numa melhor compreensão acerca desta problemática.

A presente investigação centra-se assim no estudo da situação escolar das crianças e jovens do 3º ciclo do ensino básico, protegidas pela medida de acolhimento residencial.

Experiência escolar

1. Na tua opinião a escola é importante? Porquê?
2. O que esperas dela?
3. Consideras que os cursos que ela oferece vão de encontro aos teus gostos e interesses?
4. Quais os problemas que mais sentes em relação à escola? E o que te motiva?

Relação com a escola e com a casa de acolhimento

5. Manténs uma boa relação com os teus colegas, professores e auxiliares? Se sim, porquê? Se não, porquê?
6. Quando tens algum problema ou dificuldade, sentes-te confortável em pedir ajuda a algum dos teus professores, auxiliares ou colegas? E na casa de acolhimento onde resides?
7. Consideras os professores e os técnicos importantes para a tua motivação escolar? Porquê?
8. O que sugerias para que algo mudasse na escola, para ir ao encontro das tuas expectativas?
9. E na casa de acolhimento atual?

10. Sentes ou já sentiste algum tipo de discriminação na escola por parte de alguém? Se sim, como?

11. Encaras a tua escola como uma escola inclusiva? Que integra e respeita todos por igual?

Expectativas face ao futuro

12. Consideras a escola importante para os teus projetos de vida futuros? Em que medida achas que ela é importante para a tua formação como cidadão ativo e responsável dentro de uma sociedade?

13. Quais os teus projetos de vida? Passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

14. O que dirias a um jovem como tu que esteja neste momento a chegar à casa de acolhimento e à escola que frequentas? Que conselhos lhe davas?

Obrigada pela tua colaboração!

Guião de entrevista nº4

Casa de Acolhimento Residencial (CAR)

Sendo a escola um contexto fundamental ao desenvolvimento dos jovens em vários domínios, e associada à ideia de preparação para a vida quotidiana, a escola desempenha uma função social importante para todos, incluindo para as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento Português.

Casa de acolhimento residencial e escola passam a ser as suas principais entidades de socialização, de transmissão de valores, normas, regras e competências, tornando-se imprescindível a realização de estudos que incidam numa melhor compreensão acerca desta problemática.

A presente investigação centra-se assim no estudo da situação escolar das crianças e jovens do 3º ciclo do ensino básico, protegidas pela medida de acolhimento residencial.

Experiência escolar

1. Na vossa casa como é concretizada a educação escolar das crianças e jovens?
2. Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
3. Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
4. Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos dos vossos jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?

Experiência de acolhimento e relação com a escola

5. Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
6. Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?

7. O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?
8. Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
9. As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Concorda com esta afirmação? Se sim, em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?
10. E a casa de acolhimento? Como trabalha essa questão (exclusão)?

Parceria escola – casa de acolhimento

11. Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
12. O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
13. Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Obrigada pela sua colaboração!

APÊNDICE 2 – TABELAS SÍNTESE

Questões*															
Entrevista	Sentimentos e percepções sobre a experiência escolar			Acompanhamento e respostas...				Experiência de acolhimento e relação com a escola				Desafios da Escola e das Casas de Acolhimento Residencial			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	"Não têm grandes expectativas face à escola".	"Vamos conseguindo que se interessem por alguma coisa. Não podemos dizer que se interessam por tudo". "Tentamos que chegue aos seus interesses".	Temos quase todos os anos oferta CEF ou vocacional. Neste CEF temos uma só turma, com duas áreas distintas.	"Tem, de facto, a ver com as nossas técnicas (serviço social, animadoras, psicólogas, e outros parceiros)".	"Depende do aluno, da oferta que temos, do nº de alunos que temos, e das necessidades deles". "Temos acompanhamentos psicológicos". "Temos tentado contactos directos com as psicólogas e com os técnicos das CAR". "Tivemos o ano letivo passado 'as professoras CAR', colocadas no nosso agrupamento, mas alocadas nas CAR". "Também temos serviço de tutoria, Erasmus Europeus".	"Por volta de 27, próximo dos 30".	"A nossa escola tem feito um trabalho muito bom com estes alunos, pelo menos tentamos de tudo o que está ao nosso alcance". "Se isso é critério avaliativo, penso que por aí temos que ter uma avaliação positiva".	"Sem dúvida. Nós aqui na escola temos que fazer um trabalho muito assertivo e com muito cuidado".	"O insucesso, claro que é".	"O problema maior é a falta de motivação para a escola, e para os interesses veiculados pela escola".	"No geral nós aqui na escola não sentimos isso". "Não há exclusão por ser das CAR".	"Tentamos chegar ao aluno da forma que ele precisa". "Fazemos um trabalho muito individualizado e tentamos perceber a situação familiar, escolar e pessoal de cada jovem".	"Fazemos este trabalho muito de parceria. É um trabalho muito conjunto com as instituições". "Só assim conseguimos lidar com o aluno da forma que ele mais precisa, senão não seria possível".	"Ajudamos no acompanhamento, nas ofertas de formação dirigidas às suas necessidades". A escola tenta avaliar e perceber até que ponto pode ajudar, tanto em projetos, como na forma como os professores trabalham com eles, e nos apoios que dão.	"De facto parte muito de nós fazemos esse trabalho de motivação". "A partir daí trabalhamos a parte emocional e afetiva, só depois vem a cognitiva e académica".

Guião Docente

Questões:

1-Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola?

2-Em geral sente que se interessem pelos conteúdos lecionados?

3- Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos de uma população escolar cada vez mais heterogénea e diferenciada? Em que medida responde a escola a este desafio? E, em particular, a este público escolar constituído por estes jovens?

4- Que estruturas existem na escola pra acompanhar/dar resposta a estes grupos de jovens e aos seus problemas em pa6. Quantos jovens são acompanhados por essas estruturas?

5- Como é processado esse acompanhamento? Existem projetos, medidas, ações específicas para o efeito?

6- Quantos jovens são acompanhados por essas estruturas?

7- Qual o balanço do trabalho desenvolvido?

8- A escola surge como um dos principais agentes de socialização das crianças e jovens. Na sua opinião, as vivências anteriores, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?

9- O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens com estas características?

10- Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?

11- Na sua perspetiva, as crianças e jovens protegidas pelo sistema de acolhimento residencial sentem algum tipo de exclusão por parte dos colegas? Se sim, qual considera ser o (os) motivo (s)?

12- Se respondeu que sim nas questões anteriores, que medidas toma a escola a fim de incluir estas crianças e jovens?

13- Na sua perspetiva, em que medida as casas de acolhimento e as escolas articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?

14- Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?

15- Qual o papel dos professores na motivação escolar destas crianças e jovens?

Questões*															
Entrevista	Experiência escolar				Experiência de acolhimento e relação com a escola						Parceria escola – casa de acolhimento				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
2	"Não a encaram como um fator muito importante".	"Os interesses vão variando, vão-se adaptando, porque às vezes também é preciso olharmos para o percurso do aluno e analisar onde estão as dificuldades, e se existem, adaptar".	"Tentamos que vá ao encontro dos alunos quando também nos é possível, e de acordo com o que temos para oferecer". "Tentamos adaptar de forma individualizada e personalizada".	"Sim, eu acho que é fundamental a relação que aqui se vai estabelecendo, nós escola e no CAR".	"Nem sempre é fácil ir ao encontro, porque há dinâmicas da instituição e nem sempre é fácil. Conseguimos controlar as nossas, mas não conseguimos controlar as outras".	"Sim, não podemos dizer o contrário". "Nestas crianças tendencialmente existe insucesso. Mas eu também não gosto de generalizar as situações".	"As dificuldades escolares têm a ver com algumas questões cognitivas". "Os problemas têm a ver com as questões pessoais de cada um". "As motivações é quando se faz a caracterização da turma que fazemos um inquérito inicial e tentamos perceber quais são as motivações mais frequentes de cada um".	"Nós aqui tentamos tudo para inclui-los, não fazemos distinção entre eles. Não sinto, nem eles sentem que há essa exclusão por serem das CAR, ou que têm um tratamento diferente ou especial".	"Fazemos contactos regulares, informamos se o aluno está a faltar, como está a correr..."	"O papel dos técnicos, e de outras respostas, tanto da CASA, como da escola ajuda a motivar ao sucesso escolar".	"Sim, nós conseguimos dar resposta aqui na escola até ao 9º ano, e depois tentamos sempre encaminhá-los". "Normalmente vão para cursos profissionais, ou até mesmo no regular de 12º". "Mas o percurso de vida deles depende de outros fatores, depende da família, da ordem judicial"...				

Guião Técnicos (Escola)

*Questões:

- 1- Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
- 2- Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
- 3- Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos destes jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?
- 4- Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
- 5- Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
- 6- O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?

- 7- Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
- 8- As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?
- 9- Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
- 10- O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
- 11- Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Questões*															
Entrevista	Experiência escolar				Experiência de acolhimento e relação com a escola						Parceria escola – casa de acolhimento				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
3	"A maior parte deles não estão muito motivados com a escola".	"Há uns que se interessam, outros não, é como tudo"...	Nós aqui temos o CEF com duas áreas, a de informática e a de restauração e bar. "Cursos escolhidos por eles também não temos assim grande oferta".	"Depende, mas na maior parte do tempo não demonstram estar sempre a pensar no que de mau lhes aconteceu. De qualquer das formas há alturas que se "vêm abaixo", digamos assim".	"O nosso trabalho aqui enquanto GAAF é tentar motivá-los, ajudá-los, dar-lhes a entender que a escola é importante".	"Não só nestes jovens. Às vezes é frequente pensar-se que só por um jovem estar nas CAR vai chumbar, mas nem sempre é assim. Houve miúdos aí bons alunos".	"Se calhar a assiduidade. Aliás tivemos provas claras disso, tivemos aí 3 ou 4 casos a nível da assiduidade sim."	"Não, eu acho que não, porque esta escola sempre teve miúdos das CAR", e os restantes estão habituadíssimos a estes miúdos". "Não me parece que os colegas os excluam por estar nas CAR, pelo contrário, não sentimos isso aqui".	"Há uma boa articulação entre a escola e as CAR, com o encarregado de educação destes jovens. Claro que considero importante, importantíssima".	"Claro que sim, nós para além de dinamizar atividades, também funcionamos um bocadinho como "ombro amigo", digamos assim. Passamos muito tempo com eles, perguntamos se está tudo bem, eles procuram-nos e falam muito connosco, tentamos sempre motivá-los em relação à escola.	"É assim, aquilo que eles me dizem é que "querem é trabalhar", e o que nós lhe dizemos é "mas calma", para começares a trabalhar tens que estudar".				

Guião Técnicos (Escola)

*Questões:

- 1- Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
- 2- Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
- 3- Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos destes jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?
- 4- Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detêm algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
- 5- Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
- 6- O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?

- 7- Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
- 8- As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?
- 9- Na sua perspectiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
- 10- O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
- 11- Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Questões*															
Entrevista	Experiência escolar				Experiência de acolhimento e relação com a escola						Parceria escola – casa de acolhimento				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
4	<p>“Estes jovens querem encontrar aqui pares, querem encontrar outros jovens com quem se identifique m, e alguns deles têm a esperança de encontrar professores com que consigam fazer “espelho” e sentir alguma identificação”.</p> <p>“Quando aqui chegam não se focam logo na escola enquanto educação”.</p>	<p>“Sobretudo quando são pedidos trabalhos práticos, eu acho que eles às vezes se interessam e muito”.</p> <p>“Quando começam a perceber que aquela matéria pode ser trabalhada partir de outro tipo de expressão”.</p>	<p>“O curso que temos agora é dividido, tem informática e tem restauração, é o CEF”.</p> <p>“De cada vez que há aqui um evento são eles que servem e são eles que fazem as refeições , e são miúdos completa mente diferente s, com requinte, com brio”.</p>	<p>“Sem dúvida, todos eles são crianças e jovens diferentes, há uns que é incrível ver como eles têm tanta assertividade e como eles têm uma orientação fantástica”.</p> <p>“Há uns que às vezes também estão muito desmotivados, e depois é a adolescência, que para qualquer um, é muito difícil”.</p>	<p>“Para além das aulas, de terem tutores e de terem um acompanhamento mais personalizado, geralmente eles são encaminhados para atividades na cidade, atividades desportivas , atividades de música, são também enquadrados em clubes, portanto vamos-lhes “lançando pequenas sementes, para ver qual delas poderá germinar” e aquilo que vá ao encontro deles, aquilo que os faz “vibrar” e que lhes faz sentido”.</p>	<p>“Acho que é muito redutor”.</p> <p>“Eu acho que a nível individual cada vez será mais possível haver um acompanhamento muito de perto, irem negociando com o aluno, dizerem “olha estás neste ponto”, “podes fazer isto”, “podes fazer aquele trabalho”.</p> <p>“Terem eles a iniciativa de dizer ao aluno o que é que ele pode fazer para recuperar quando a “coisa” está a correr mal”.</p>	<p>“O principal problema é a concentração. Eles não estão disponíveis emocional mente quando aqui chegam”.</p> <p>“A medicação também os torna “alheados”.</p> <p>“O que os motiva é quando se identificam, quando sentem que têm valor, que pertencem a algo”.</p>	<p>“Eu acho que não. Acho que a questão da medicação acaba por excluí-los, de resto não sinto isso”.</p> <p>“Poderão também sentir exclusão quando têm algumas atitudes menos corretas”.</p>	<p>“Considero importantíssimo, a ideia que eu tenho é que poderia ser mais estreito ainda, mas também tenho noção que são demasiado s jovens para haver esse acompanhamento”.</p>	<p>“É muito importante, para já, pela atenção que lhes damos. Nós estamos sempre com eles aqui nos intervalos e nas horas de almoço, quando eles saem das aulas, portanto temos sempre noção do estado emocional em que eles estão”.</p> <p>“Quando há brigas ou discussões, esta sala é importante para essa mediação, a palavra certa na altura certa fá-los refletir, fá-los sentir apoiados”.</p> <p>“De forma geral têm sempre aqui uma equipa grande pronta a ajudar e intervir, os funcionários também”.</p>	<p>“Eu acho sem dúvida, que por um curso profissional”. Os alunos que saem daqui com baixo grau de escolaridade são sempre aqueles que vão parar às fábricas e geralmente até são muito bons trabalhadores, mas também são aqueles que eram espetaculares a escrever letras de músicas, a cantá-las, eram espetaculares a fazer malabarismo e performance, só que aqui não havia continuidade para isso”.</p>				

Guião Técnicos (Escola)

*Questões:

- 1- Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
- 2- Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
- 3- Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos destes jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?
- 4- Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
- 5- Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
- 6- O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e

jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?

- 7- Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?
- 8- As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?
- 9- Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
- 10- O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
- 11- Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Questões*															
Experiência escolar					Experiência de acolhimento e relação com a escola						Parceria escola – casa de acolhimento				
Entrevista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
5	"No nosso caso recorre mos às escolas que a nossa comunidade ade tem, e que são as que temos disponív eis na cidade".	A forma como a escolaridad e é encarada não é facto a melhor, ou pelo menos não é encarada como prioridade (mas há exceções).	" Eu acho que não, e se calhar a forma como o ensino está estruturado , e as ofertas que temos aqui...". "Claro que conteúdos mais práticos, coisas que não tenham conteúdos teóricos tão fortes, fazem com que se sintam um pouco mais motivados"	"Os PIEF, num contexto, lá está, para facilitar o tempo perdido". Depois estamos aqui um pouco limitados pelo nº de vagas que estão também já preenchidos até mesmo por jovens nossos, porque temos muitos jovens em PIEF, em CEF..."	"Sim, claro, senão todo. A forma como a família lidava com a escola, se se valoriza, se não valoriza, isto tudo vai ter influência na sua relação com a escola".	"Eu acho que não só a escola mas a comunidade inteira, e nós valorizamos imenso que os jovens tenham experiências exteriores, porque é muito normal que eles tenham relações entre eles, sobretudo entre as duas casas".	Sim. Pela questão das competênci as que nem sempre foram estimuladas ou desenvolvid as. "E a questão da desmotivaç ão, dos fracassos sucessivos, o ficarem retidos, o não terem um currículo que eventualme nte esteja adaptado às competênci as que têm ou não, acaba por ter aqui bastante influência".	"A questão das rotinas, dos horários, e depois a importância que eles dão à escola, porque lhes foi inculcida ou não, mas grande parte das vezes isso vem de trás". "Desconstru ir estas situações todas é difícil, tentar perceber que não é só a questão de ser obrigatório, tem que haver aqui um ganho pessoal, e depois obviamente vai influenciar a motivação".	"Sim, e a exclusão tanto pode ser positiva, como negativa", tanto a questão de alguma condescendê ncia, que pode vir tanto da escola como da sociedade, ou já um "pé atrás". Portanto, eles próprios sentem isso e acabam por já se colocar um pouco nesse papel, claro que há exceções"...	"Se nos for transmitida alguma situação nós tentamos perceber, desconstruir e fazer com que percebam que não há um problema com eles. Se a situação for provocada por algo que tenham feito ou que tenham responsabilid ade, tentamos explicar que houve um comportame nto que não foi o mais correto. Se algum comentário aconteceu sem justificação ou sem responsabilid ade da parte deles, tentamos desconstruir para que não afete em demasia".	"Sim, claro que sim". "Tem que haver aqui um trabalho de comunicação, e explicar também de forma mais detalhada algumas situações que não estão detalhadas nos processos escolares". "Claro que é importante , é um trabalho que o meu colega faz de forma quase diária, e nós, enquanto equipa, sempre que é necessário deslocamo -nos à escola e fazemos algum contacto".	"Tentamos que sim". "Tentamos principalme nte valorizar os pequenos ganhos e pequenos sucessos, mais do que a avaliação em si, haver aqui um valorizar por pequenos progressos"	"Tentamos que o projeto de vida dos nossos jovens passe muito pela escola, pela formação, mas depois também depende do interesse dos jovens". "O projeto de vida não tem só a ver com a questão escolar, tem a ver também com o se se autonomiz am, se à uma reintegraç ão familiar, o sitio do país para onde vão, e tudo isto vai influenciar "		

Guia Casa de Acolhimento Residencial (CAR)

***Questões:**

1. Na vossa casa como é concretizada a educação escolar das crianças e jovens?
2. Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
3. Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
4. Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos dos vossos jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?
5. Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
6. Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
7. O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?
8. Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?

9. As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Concorda com esta afirmação? Se sim, em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?
10. E a casa de acolhimento? Como trabalha essa questão (exclusão)?
11. Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?
12. O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?
13. Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

*Questões															
Experiência escolar					Experiência de acolhimento e relação com a escola						Parceria escola – casa de acolhimento				
Entrevista	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
6	A escola é sempre um problem a para estes jovens, e há sempre um trabalho gigante a fazer da nossa parte. Em primeiro lugar perceber isto e não exigir mais do que aquilo que eles consegu em dar, não é a perspetiv a do facilitism o, é individua lmente definir um plano socio educativ o que possa passar por uma fase de integraç ão gradual à escola.	"Estes miúdos, à partida, não gostam da escola (obviame nte há exceções)".	"Eu acho que depende muito dos professores , depende muito da motivação, da estratégia pedagógica , depende muito como o professor "agarra" o aluno. "É evidente que cada miúdo tem o seu sonho, os seus gostos, há miúdos que gostam mais de umas áreas, outros de outras".	"Temos jovens que precisariam de uma oferta formativa mais alargada, através dos cursos profissionais ... e aqui não há muita oferta". "Temos que nos adaptar ao que existe e encaminhar os jovens para aquilo que é possível". Há um grupo grande que vai para PIEF, mas nem todos vão.	"Toda. As vivências anteriores destes jovens são vivências de maus tratos, essencialmen te". "As vivências anteriores destes miúdos condicionam completamen te o gosto, a motivação, e aquilo que eles poderiam sentir pela escola, mas depende muito de cada caso, também temos miúdos que viveram situações traumáticas e que estão a agarrar o sonho (...) e eu acho que isto também vai muito das capacidades intelectuais de cada jovem".	"A escola pode ajudá-los muito." "A escola é fundamental mas tem que ser enquadrada numa estratégia que pode não passar logo por ir à escola de uma forma regular e assídua, porque são miúdos que estão há 5 anos sem ir à escola a 100%, e não podemos esperar que consigam ganhar rotinas que não tiveram nos últimos 5 anos, em dias ou semanas".	"É transparente . Nós quando recebemos o pedido de acolhimento da gestão de vagas da Segurança Social vem informação, e nós vemos logo. Um miúdo com 16 anos que está no 5º ano é claramente visível o insucesso escolar".	"Regras, rotinas, a capacidade de ser criticado". "Muitos destes jovens têm défices cognitivos inerentes aos maus tratos, à subnutrição ... e no fundo estes défices acabam por se revelar na escola de uma forma muito clara. Porque são solicitados de uma forma intelectual, e não conseguem dar resposta". "Um miúdo com estas dificuldades, muitas vezes desmotiva-se".	"Sim. Estes jovens muitas vezes são estigmatizados ". "Como é que eu acho que a escola poderia trabalhar essa questão... A escola tem que incluir, tem que tentar trabalhar estas problemáticas dentro da escola, e depois trata-los como iguais, e isto é uma questão também de cada professor, de cada funcionário".	"Convidar instituições para nos conhecer" "Sensibilizand o a sociedade civil para esta problemática" "Todos nós técnicos, no dia-a-dia, estamos cá para desmontar essas perspetivas". "Desmontar aquela perspetiva institucional pura e dura: ir buscar o jovem com uma carrinha da instituição. Isto acaba por ser um bocadinho um processo de exclusão. Tentamos sempre que possível não o fazer, mas nem sempre é possível..."	"Esta parceria é fundament al". "Tem que haver uma parceria efetiva e de proximidad e". "Articulamo s sempre que conseguimos os e todos os dias, isto é, uma articulação diária entre o encarregad o de educação destes jovens e a escola".	"É fundament al". "E aqui os técnicos todos os dias fazem o seu processo de sensibilizaç ão (...) tem que ser todos os dias um bocadinho, até que comecem a perceber que a escola é importante para o sucesso, para os projetos, para os sonhos..."	"Aqui era importante haver uma alteração no paradigma da formação", e haver aqui a possibilida de da estratégia da via mais profissional , porque quem quiser uma via mais académica , tem essa possibilida de". "Tem que haver um agilizar do processo mais profissional de uma forma mais eficiente".		

Guião Casa de Acolhimento Residencial (CAR)

*Questões:

1. Na vossa casa como é concretizada a educação escolar das crianças e jovens?
2. Partindo de contextos familiares e vivências difíceis, como considera que estas crianças e jovens encaram a escola? O que esperam dela?
3. Em geral sente que se interessam pelos conteúdos lecionados?
4. Considera que a oferta formativa vai de encontro aos gostos dos vossos jovens? Quais são, por norma, os cursos escolhidos por eles?
5. Na sua opinião, as vivências anteriores destas crianças e jovens, bem como a sua atual experiência de acolhimento detém algum impacto na sua relação com a escola? Se sim, como?
6. Partindo de contextos familiares difíceis, como pode a escola ajudar estes jovens na sua formação futura como cidadãos ativos e responsáveis?
7. O insucesso escolar é um problema bastante frequente. Considera que este é visível nas crianças e jovens protegidos pelo sistema de acolhimento?
8. Quais considera serem os problemas/dificuldades escolares mais frequentes nestas crianças e jovens? E as motivações?

9. As crianças e jovens em acolhimento residencial sentem por vezes algum tipo de exclusão por parte dos colegas e até mesmo da sociedade em geral. Concorde com esta afirmação? Se sim, em que medida a escola é importante para colmatar essa situação?


10. E a casa de acolhimento? Como trabalha essa questão (exclusão)?

11. Na sua perspetiva, em que medida a casa de acolhimento e a escola articulam entre si, num processo de cooperação para integração destes jovens? Considera essa parceria importante? Porquê?

12. O papel dos técnicos é importante na motivação escolar destas crianças e jovens? Porquê?

13. Em linhas gerais, os projetos de vida dos vossos jovens passam por investir na escola, numa atividade profissional, ...?

Legenda:

 Não existem mais questões neste guião.

